PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

IRENE COSTA DE OLIVEIRA

A LENDA DO BOI DE OURO NO MUNICÍPIO DE ANICUNS, GOIÁS

GOIÂNIA

2020

IRENE COSTA DE OLIVEIRA

A LENDA DO BOI DE OURO NO MUNICÍPIO DE ANICUNS, GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin.

GOIÂNIA

2020

O48l Oliveira, Irene Costa de

A lenda do boi de ouro no município de Anicuns, Goiás / Irene Costa de Oliveira.-- 2020.

104 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020.

Inclui referências: f. 92-95.

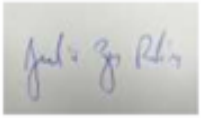
1. Lendas - Anicuns (GO). 2. Anicuns (GO) - História. 3. História. 4. Mito. I. Rubin, Julio Cezar Rubin de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 94(817.3)(043)

A LENDA DO BOI DE OURO NO MUNICÍPIO DE ANICUNS, GOIÁS

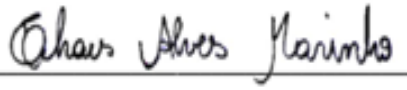
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 10 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin / PUC Goiás

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza / UFRJ



Profa. Dra. Thaís Alves Marinho / PUC Goiás

Profa. Dra. Sibeli Aparecida Viana / PUC Goiás

Profa. Dra. Marcélia Marques do Nascimento / UECE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tantas bênçãos a mim concedidas, especialmente, a formação no mestrado.

Ao orientador, pelas contribuições sem as quais este texto não seria possível.

Aos participantes das bancas e a todos os professores do Mestrado em História da PUC-GO.

Aos meus familiares, em especial, meu esposo, Josias Bueno de Oliveira.

Aos amigos e participantes (in)diretos deste estudo, singularmente, Carila Aparecida de Oliveira, por contribuições e revisão deste texto.

Aos meus leitores.

No princípio, as lendas constituíam uma compilação da vida dos santos, dos mártires (Voragine); eram lidas nos refeitórios dos conventos. Com o tempo ingressaram na vida profana; essas narrações populares, baseadas em fatos históricos precisos, não tardaram a evoluir e embelezar-se. Atualmente, a lenda, transformada pela tradição, é o produto inconsciente da imaginação popular (BAYARD, 2007).

RESUMO

Da linha de pesquisa Patrimônio Cultural e Território, o estudo de caso se refere ao imaginário social no município de Anicuns, Goiás, com o objeto a Lenda do Boi de Ouro e sua historiografia, com versões que expressam o mito como cultura local. A indagação que norteia é como se configuram a memória e o mito na Lenda do Boi de Ouro? A metodologia de pesquisa bibliográfia, documental e descritiva agrupa os procedimentos com os pressupostos teóricos, no enfoque do misticismo. A justificativa revela a percepção de haver uma parte oculta em cada versão da lenda, pelo que sua origem simboliza a religiosidade, cuja exposição da fase aurífera se inscreve nas águas do Poço da Sociedade. A partir de teóricos estudados, a tendência traz lendas e cultura que reproduzem o mito, bem como a coletivização e a inserção dos conteúdos folclóricos e a reprodução dos símbolos. Aduz a origem e a atualidade da lenda como transcrição do pensamento e trata dos sentidos e das teorias da mitologia. A viabilidade de poucos dados são fontes da história, historizando a fase da mineração no Brasil, cujos enlaces se voltam para Goiás. A Nova História está coligada com a memória e a renovação de fazer história. O patrimônio regional traz a exploração de riquezas minerais geradoras de mudanças político-sociais e culturais. A Lenda do Boi de Ouro repercute no território de Anicuns, composto por paisagens transformadas, a partir da busca de minério. A natureza se recobriu de marcas da explosão mineratória. Assim, registram-se os diferentes discursos do mito, cuja exploração mineratória se desfez no evento sobrenatural.

Palavras-chave: Anicuns. Fase aurífera. História e mito. Lenda do Boi de Ouro.

ABSTRACT

From the Cultural Heritage and Territory research line, the case study refers to the social imaginary in the municipality of Anicuns, Goiás, with the object the Legend of the Golden Ox and its historiography, with versions that express the myth as a local culture. The question that guides is how are memory and myth configured in the Legend of the Golden Ox? The bibliographic, documentary and descriptive research methodology groups the procedures with the theoretical assumptions, in the focus of mysticism. The justification reveals the perception that there is a hidden part in each version of the legend, so its origin symbolizes religiosity, whose exposure of the gold phase is inscribed in the waters of the Well of Society. Based on studied theorists, the trend brings legends and culture that reproduce the myth, as well as the collectivization and insertion of folk content and the reproduction of symbols. It adds the origin and the actuality of the legend as a transcription of thought and deals with the senses and theories of mythology. The feasibility of little data is a source of history, historicalizing the mining phase in Brazil, whose links are turned to Goiás. The New History is linked to the memory and the renewal of making history. Regional heritage brings the exploitation of mineral wealth that generates political, social and cultural changes. The Legend of the Golden Ox reverberates in the Anicuns territory, composed of transformed landscapes, from the search for ore. Nature was covered with marks from the mining explosion. Thus, the different discourses of the myth are registered, whose mining exploitation fell apart in the supernatural event.

Keywords: Anicuns. Gold phase. History and myth. Legend of the Golden Ox.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fundações de Goiás, Cidade de Goiás e Anicuns 43
Quadro 2 - Anicuns e suas condições legais 47
Quadro 3 - Versões da Lenda do Boi de Ouro 66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Anicuns, Goiás 14
Figura 2 - Ave imaginária que deu nome à Anicuns 40
Figura 3 - Lago do Sol na entrada de Anicuns 48
Figura 4 - Cachoeira do Tombador 49
Figura 5 - Cachoeira de São José 50
Figura 6 - Vista parcial o Poço do Boi de Ouro 51
Figura 7 - Poço do Boi de Ouro e a vista de sua amplitude 52
Figura 8 - Equipe e sua investigação no local do Poço 53
Figura 9 - Boi de metal como símbolo do ouro lendário 61
Figura 10 - Carrinho utilizado no garimpo 69
Figura 11 - Brasão de Anicuns 74
Figura 12 - Bandeira de Anicuns 75
Figura 13 - Área da mineração Poço da Sociedade/Poço do Boi de Ouro 77
Figura 14 - Poço da Sociedade ou Poço do Boi de Ouro 78
Figura 15 - Margens do Poço da Sociedade 79
Figura 16 - Pontos da antiga área da mineração 80
Figura 17 - Indicação da Antiga Igreja do Rosário 81
Figura 18 - Nova Igreja São Francisco de Assis 82
Figura 19 - Vista geral de grânulos, seixos e blocos de muscovita xisto e quartzo próximos a borda da cava 83
Figura 20 - Detalhes do quartzito leitoso e do muscovita xisto 83
Figura 21 - Entrada de uma das galerias 84
Figura 22 - Vista parcial do Córrego Boa Esperança 85
Figura 23 - Ponte do Córrego Boa Esperança 85
Figuras 24 e 25 - Confluência Rio dos Bois com o Córrego Boa Esperança 86
Figura 26 - Vista parcial do Poço do Boi de Ouro cercado 87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 CORRENTE HISTORIOGRÁFICA NOVA HISTÓRIA 15
1.1 TERRITÓRIO E FONTES DE FAZER HISTÓRIA E LENDA..... 15
1.2 LENDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL 20

2 HISTÓRIA GOIANA DE ANICUNS NOS ASPECTOS DO OURO 31
2.1 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DO OURO EM GOIÁS..... 31
2.2 ANICUNS: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E CIDADE DO OURO 39

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA LENDA 53
3.1 MEMÓRIA E SENTIDO LENDÁRIO SIMBOLIZADO NA HISTÓRIA ORAL..... 55
3.2 MEMÓRIA COMO FONTE CULTURAL DA LENDA 57

4 A LENDA DO BOI DE OURO EM ANICUNS 61
4.1 FATO E LENDA 62
4.2 PAISAGEM, MARCAS DA LENDA E RESULTADOS OBTIDOS..... 76

CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

REFERÊNCIAS..... 92

ANEXOS 96

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da indagação de como se configuram a memória e o mito na Lenda do Boi de Ouro? O estudo de caso se refere ao imaginário social no município de Anicuns, Goiás, tendo por objeto a Lenda do Boi de Ouro e sua historiografia da realidade e mística local. Trata-se de expor os liames da fase aurífera dessa região que adveio do desenvolvimento da idade do ouro no Brasil.

O trabalho é pioneiro por memorar o acidente da explosão da mina que matou vários trabalhadores, revelar três versões da lenda de modo conjunto e de compreender a religião como base do mito, da lenda e do povoado de Anicuns. Também não se encontrou pesquisas sobre esse tema, nem documentos ou jornais que registraram o fato. As versões da lenda apresentam essa história, tendo detalhes em suas variáveis, embora com semelhanças no mito.

Desse modo, o objetivo geral consiste em mostrar como se deu a Lenda do Boi de Ouro em Anicuns, havendo versões diferentes, embora com semelhanças da origem da inundação do Poço da Sociedade, denominado por Poço do Boi de Ouro. Nesse seguimento, a metodologia adotada é de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva. Os procedimentos consubstanciam com os pressupostos teóricos, que abrangem os aspectos místicos do objeto, entendendo que mitos e lendas estão inscritos em sociedades pretéritas como indígenas e outras. As perspectivas das referências que embasam o estudo foram separadas, após feito o cronograma da pesquisa de campo para o colhimento dos dados, com fotos das áreas ou pontos. A exposição no texto está na sequência da eleição dos acervos mais recomendáveis para o sumário.

A justificativa principal é de eu ser originária da região de Anicuns, cujo intuito foi investigar o mito. Entretanto, com minha formação profissional na área da educação, não foi fácil assimilar o curso de Mestrado em História, mas o desejo de aprofundar o conhecimento sobre o mito da lenda prevaleceu, de modo que se chegou a esta investigação. O registro da história lendária, a partir da explosão ocorrida no início de 1960, traz suas versões semelhantes.

A tragédia não encontrada em documentos, jornais ou outro veículo de comunicação da época, é inferida na lenda, sendo essa a fonte principal da história. Desse modo, restam os indícios de sua ocorrência nos documentos que apresentam versões da lenda. Há as variantes que tratam de viabilizar o entendimento místico do

fenômeno que passa por discursos que elucidam a originalidade e a representatividade do povo com seu patrimônio cultural.

No trabalho de campo em 2019, a primeira visita aconteceu no dia 3 de agosto, indo até a cidade a pesquisadora e seu esposo, Josias. Após autorização da empresa Taniolo Busnello[1], a segunda visita ocorreu em 24 de agosto, com o casal, o orientador e sua equipe, na qual foram coletados dados da geologia local do Poço do Boi de Ouro. A terceira visitação se deu em 7 de setembro, para ser finalizada a coleta de dados.

Juntamente com os dados, o estudo traz a percepção mítica em cada versão da lenda, cuja origem faz do mito a simbologia da religiosidade, junto às águas do Poço da Sociedade. A hipótese é de que as vertentes lendárias mostram fundamentos míticos semelhantes, em que a memória coletiva vive a realidade da explosão diluída no mito. São discursos permeados de misticismo, com aspectos que estabelecem a história lendária, não havendo espaço para a transmissão do puro fato real.

Os autores principais que abordam os assuntos que consubstanciam com os objetivos propostos são Bayard (2007) que aduz a origem e a atualidade da lenda, cujas transformações transcrevem o pensamento, como se percebe nas versões da lenda; Brandão (1984) esclarece a coletivização e a inserção dos conteúdos folclóricos como forma de dinamizar a criação e reprodução dos símbolos, sendo abordagens próprias para este estudo, embora frise também a diluição da realidade em prol do mito; Bulfinch (2002) trata de sentidos e teorias da mitologia para a percepção da forma de origem da Lenda do Boi de Ouro; na perspectiva de Bourdieu (1989), fala-se no relativismo cultural; Boas (2005), sob a ótica da antropologia da cultura, assegura a viabilidade de poucos dados serem fontes da história, havendo o relativismo de ideias e fatos, dependendo do meio e do tempo com os quais variam. No quesito do relativismo, cada versão da lenda segue o mito que diluiu a realidade da explosão, em que Palacin e Moraes (2008) historizam a fase da mineração e suas implicações para a economia, a política e outras esferas sociais, desse modo, remontam a fase aurífera que culmina para o mito. Isso coaduna com Le Goff (1990) que explora a ideia de história coligada com a memória, também observando a

[1] Desde 1945, essa empresa, que atuava no ramo da mineração em sua plataforma oficial, apresenta-se como referência na construção pesada de túneis, terraplanagens e pavimentações. Situa-se em Porto Alegre, RS.

renovação de fazer história. Trata-se da história oral da coletividade que vive o mito como patromônio cultural.

Com essas referências, além de outras, a estruturação dos capítulos se deu de modo a ligar acontecimentos da fase do ouro com o mito, sendo justapostos para conhecer a origem da lenda. No primeiro, relacionam-se as fontes de fazer história. A Nova História descreve, a partir de suas bases em 1970, o termo grego γράφειν de caráter polissémico. A história e a memória aportam a ciência dos acontecimentos mitológicos e de outras fontes. O ato de fazer história está ligado à memória, fundamentando a representação coletiva do passado para o presente. A movimentação mineratória, mesmo que não registrou os indígenas já ocupantes do local, introduz esses grupos na história e sua cultura, com lendas e mitos.

No segundo capítulo, apresenta-se a história de Anicuns, em que a paisagem mostra suas marcas da fase aurífera de Goiás. Compreende-se o patrimônio que enfatiza a Lenda do Boi de Ouro. Dentre o referencial teórico, a obra de Palacin e Moraes (2008) registrou que, no século da colonização do Brasil, as expedições que partiam principalmente de São Paulo percorreram o estado goiano, causando transformações e culturas. O patrimônio regional traz a exploração de riquezas minerais geradoras de mudanças político-sociais e culturais. Desde o nome Anicuns, o povo indígena é lembrado, pois a nomenclatura pode ter sido originada de Guanicuns - denominação do grupo que ocupou a região.

No terceiro, registram-se a história oral como memória da lenda e os sentidos do acontecimento com aparência puramente sobrenatural. A abordagem, com os materiais e métodos do estudo de caso, é do fato lendário carregado de misticismo. A Lenda do Boi de Ouro repercute na história do povo no território de Anicuns. Esse é composto por paisagens transformadas, após ações provocativas, a partir da busca de minério. A natureza se recobriu de marcas da explosão mineratória, sendo o mito vivido na memória da população.

No último capítulo, conhecem-se as três versões da origem da Lenda do Boi de Ouro. De um lado, como fato histórico inferido nos discursos, a ótica da explosão da mina conta a tragédia da morte de trabalhadores. De outro lado, como fato mitológico, a história oral tem suas raízes na misticidade, pelo que o povo de Anicuns incide no repasse do mito para as gerações, percebendo também o mito em sociedades indígenas. A repercussão é de que o discurso puramente real tem sido considerado desconhecido, sendo a tragédia envolta no mito.

Mostram-se vertentes e histórias da lenda, bem como a memória e o mito como patrimônio cultural, cuja percepção do mito se unifica nos discursos da origem lendária do boi de ouro no município anicuense. A exploração aurífera e as mortes de várias pessoas fizeram parte dos acontecimentos da mineração regional. Dessa fase, a investigação trata do que restou daquele espaço e do surgimento da lenda enraizada na simbologia do pensamento místico-religioso.

Em Anicuns (Figura 1), cidade abundante em cursos d'água, encontram-se as marcas do fato lendário. Esse município fica distante de Goiânia 78 km, é mais velho do que a Capital, pelo que comemorou, em dia 7 de junho de 2020, seus 102 anos de emancipação. Embora tenha ultrapassado o centenário, sua população é ainda pequena, com cerca de 20 mil habitantes.

Figura 1 - Localização de Anicuns, Goiás

Fonte: Google Maps (2020).

1 CORRENTE HISTORIOGRÁFICA NOVA HISTÓRIA

Neste capítulo, relacionam-se as fontes de fazer história. O referencial é a corrente Nova História que surgiu em 1970, sendo uma nomenclatura advinda da raiz grega γράφειν, que significa escrever ou descrever. A palavra polissêmica abrange o registro da história e da memória que dão ciência dos acontecimentos e do mito. Nesse aspecto, o ato de fazer história está ligado à memória, conforme elucida Jacques Le Goff (1990), em que se mostra a história oral com a memória do povo que traz a verificação do mito.

Esse estudioso francês foi escritor que se inseriu nessa corrente, também fundamentada no passado e no presente, dualidade temporal que se converge para a Lenda do Boi de Ouro. A Nova História abrange as soberanias, pois estabelece aquilo que banaliza a representação coletiva. Das estruturas mentais de uma sociedade, o historiador é aporte para a interpretação dos dados, já que para “[...] escrever obras históricas é preciso dispor de numerosas fontes e variados conhecimentos” (LE GOFF, 1990, p. 67). Entretanto, Boas (2005) aduz que poucas fontes também podem ser usadas para fazer história.

Os fenômenos de longos períodos da fase aurífera se mostram articulados com representações homogêneas da lenda, recorrendo a diversas áreas do conhecimento, incluindo a antropologia histórica, em que se percebe o mito. Por essa abrangência, o objeto dessa corrente de Le Goff está designado pela totalidade, que a faz ser não plenamente confiável, como nenhuma ciência pode ser, mas estudada por sua significativa fonte. A Nova História não é composta apenas por narrativa ou documentos oficiais, já que suas fontes se globalizam. Ela considera as intenções ou os elementos explicativos, mantendo a objetividade dos eventos históricos, sendo que esses se inscrevem em territórios.

1.1 TERRITÓRIO E FONTES DE FAZER HISTÓRIA E LENDA

A investigação passa pela ideia de território que, conforme Le Goff (1990, p. 89), aponta para a Arqueologia, não aprofundando se essa é uma ciência independente ou auxiliar, contudo, sabendo que ela revolucionou a história. Seus primeiros passos foram no século XVIII, ganhando “[...] o vasto território da Pré-história e da Proto-história e renovou a história antiga. Intimamente ligada à história de arte e

às técnicas, ela é uma peça-chave do alargamento da cultura histórica que se exprime na Enciclopédie”.

Nos territórios, desenrolam-se as vivências dos homens para as práticas culturais. Essas são definidas no espaço determinado, cujo grupo apresenta a sua sustentabilidade socioeconômica. O pedaço geográfico de uma população evidencia a identidade e a relação de sentimento, cuja base serve para o desenvolvimento dos trabalhos e das trocas materiais e simbólicas. Trata-se do elemento identidade em que há marca das diferenças do grupo e das fronteiras, em que se encaixa a lenda deste estudo.

A lenda possibilita mostrar a pertença que define e reforça a manutenção da coletividade unida. O indivíduo se vê como pertencente ao grupo, precisando do espaço marcado por divisas, no qual se viabilizam as relações. Partem daí o território e a sociedade, sendo o primeiro destacado pelas técnicas usadas no trabalho, em atenção a quantidade produzida, e a segunda compreendida pelo espaço em que se usam a técnica e o sentimento para desenvolver o trabalho. Em um território, priorizam-se simbologias mais subjetivas, sendo um produto da ocupação. O imaginário, como na Lenda do Boi de Ouro, forma a identidade social vista no espaço geográfico.

Nesse espaço, ocorrem os acontecimentos sociais, simbólicos, políticos, econômicos, religiosos e outros, em que o espaço é organizado como outras estruturas sociais, dispondo de certa autonomia. Para Santos (1978, p. 122), o espaço é uma totalidade usada pela sociedade, sendo que ele tem funções e formas que apresentam o passado e o presente e “[...] se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”.

A partir dos contatos na sociedade, vê-se a diversidade cultural, cuja atribuição não revela a identidade em si, mas enxerga as manifestações do grupo. As convivências formam novas organizações sociais, sendo algo inevitável. Entretanto, os conflitos acontecem na dinâmica da diversidade cultural. Desse modo, o território é símbolo de poder estatal, defendendo seu espaço sob a égide dos interesses.

Nos apontamentos de Raffestin (1993), a territorialidade faz parte da representação social, na qual resulta a luta pelos bens necessários à sobrevivência. Portanto, há o valor territorial que se resume no entendimento das nascentes dos

recursos. Esses não são algo natural, pois advêm de uma condição produzida socialmente, embora essa se dê por meio de materiais naturais, desse modo,

> O território é também um produto "consumido", ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus "produtos" (RAFFESTIN, 1993, p. 8).

A ideia de consumo resulta na relação entre homem e natureza, em que ambos se transformam, aquele mostrando seu caráter. Entretanto, territorialidade vai além dessa relação e da demarcação simples de divisas, pois existe em si a parte social do indivíduo. Por ela, origina-se o sistema sociedade-território-tempo em que a dinâmica desses fatores classifica a territorialidade, com sua dimensão social, que pode estar ligada ao historicismo. Le Goff (1990, p. 75) aponta que esse

> [...] atingiu o seu apogeu com a escola prussiana cujas figuras mais notáveis foram Johann Gustav Droysen, que exprime as suas teorias no Sumário de História (Grundriss der Historik, 1858), e Heinrich von Sybel. Droysen pensa que não há conflito entre moral, história e política. Se um governo não se basear pura e simplesmente na força, mas também numa ética, ascende ao estágio supremo de realização ético-histórica, o Estado (LE GOFF, 1990, p. 75).

Os apontamentos desse historicismo são bem diversificados, por se tratarem de um apanhado de ideias dos principais teóricos clássicos que abordam o tema ou suas ramificações. No entanto, este estudo parte de que a história sendo parcial entende que “[...] o real é infinito, porque a inspiração da investigação histórica muda com a própria história” (LE GOFF, 1990, p. 76).

Partindo daí, a relação homem e espaço tem “[...] o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, de modo que evolui pelo movimento social (SANTOS, 1978, p. 171). Então, homem agrega em seu espaço o social e o contexto histórico da Lenda do Boi de Ouro. O espaço utilizado cria o território do povo, cuja territorialidade traz em si a ação institucional da espacialidade para a vida econômico-política. Nela, mantém-se a integridade de parte territorial para a extração de recursos, como ocorreu na mineração brasileira.

As dimensões simbólicas do território são vistas pelo imaginário, cujas memórias tratam da identidade social no espaço geográfico. A ideia de território é utilizada nas políticas do patrimônio cultural. O Estado controla os recursos e suas funções econômicas, a fim de manter sua política de delimitação da superfície e da cultura, como se vislumbra na Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, na competência estatal da cultura, no art. 3º:

> IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações (BRASIL, 2010).

Dentre esses objetivos, nesse último aspecto da multiplicidade, adota-se a posição de relativismo cultural, no qual se repercutem as fontes ou formas de fazer história. Desse modo, a observação trata dos conceitos determinantes da Antropologia, em que “[...] o poder político é congruente a toda forma de organização” (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

A cultura passa pela organização legal que, conforme Bourdieu (1989), o relativismo cultural pode ser inferido na autonomia relativa das artes, na divisão do trabalho religioso ou das classes, cujas dimensões ressignificam o campo simbólico, pelo que

> Os «Sistemas simbólicos>> distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Na moderna Antropologia, com destaque nos estudos de Franz Boas (2005), fundamentam-se percepções, descobertas e conceitos da noção de cultura e relativismo que constitui o cerne da Antropologia moderno-contemporânea. A demonstração de reflexões sobre histórias se deve à dimensão política de cada época. O sentido das ideias cria forças e pensamentos obscurantistas, em que esta pesquisa se inscreve no histórico da origem da lenda (BOAS, 2005). Nessa perspectiva, o historiador fica diante da verdade em

> [...] que a sua relação com o objecto determina ainda amiúde a sua visão do objecto. Primeiro, porque as tomadas de posição sobre o passado radicam frequentemente (sendo o exemplo da Revolução Francesa o mais evidente) em tomadas de posição latentes sobre o presente ou, mais exactamente, contra os adversários intelectuais do presente (segundo a lógica do «duplo resultado>> que se inscreve na autonomia relativa dos espaços de produção cultural). Além disso, os historiadores nem sempre escapam a uma forma subtil de mistificação (BOURDIEU, 1989, p. 78).

Na visão do relativismo em que a está a cultura, ao demonstrar e particularizar o contexto do povo, a história tem a produção em sua totalidade (BOAS, 2005). A narração testemunha a ocorrência de algo que é dito, a partir do ponto de vista pessoal. Em se tratando da lenda contada por Xavier (2008), tem-se o particular que retrata o histórico, mesmo com algum contraponto. Ocorre a primazia "[...] dada ao testemunho oral e vivido manter-se-á em história, esbater-se-á mais ou menos quando a crítica dos documentos escritos, pertencentes a um passado longínquo, passar a um primeiro plano, mas conhecerá importantes ressurgências (LE GOFF, 1990, p. 93).

Os contextos particulares apontam a realidade cultural da coletividade, às vezes, restando ao ouvinte a vaga dedução. Os conhecimentos ou as fontes revelam a cultura fundamental para se compreender a sociedade constituída, "[...] podem ser autóctones ou importadas, podem ter-se originado de várias causas, mas estão lá. A mente humana é formada de tal modo que as inventa espontaneamente ou aceita-as em qualquer ocasião em que lhe são oferecidas" (BOAS, 2005, p. 28).

A compreensão traz que a cultura engloba costumes, fatos, lendas e outros aspectos presentes nos grupos humanos que manifestam a propriedade ou a exclusividade dos níveis de desenvolvimento. Os fenômenos semelhantes podem ser atribuídos para causas que também se assemelham. No caso da lenda em estudo, pela narração pelo ouro em formato de boi, a história é de indução empírica, já que o fato não está enrijecido, como se de outra visão não pudesse partir: "[...] poucos dados bastam para mostrar que o mesmo fenômeno étnico pode se desenvolver a partir de diferentes fontes. Quanto mais simples o fato observado, mais provável é que ele possa ter-se desenvolvido de uma fonte aqui e de outra ali" (BOAS, 2005, p. 31).

No aspecto da cultura, para Bourdieu (1989), há a cultura dominante que gera o produto enviesado com a ideologia. Essa traz em si a legitimação daquela que dissimula

> [...] a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Nesse seguimento da formação da cultura, a corrente Nova História traz as fontes tradicionais do historiador não vistas como tão objetivas ou mais históricas do que se crê (LE GOFF, 1990). O bem patrimonial está relacionado à memória, divulgada na narração, revivendo-se o tempo pretérito. Da história, conhece-se a fonte geradora do registro ou documento que cientifica os fatos. Desse modo, as publicações da lenda formam o conjunto, dispondo de que

> Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 1990, p. 91).

A partir desse trecho, a pretensão é mostrar os registros que aduzem a lenda em documento oficial público e em livro. Ao juntar dados e conceitos, averíguam-se as fontes reveladoras do aspecto mítico. Desse modo, o patrimônio cultural vai além de um só ponto de vista, já que o conjunto interpretativo ressignifica a própria fonte.

1.2 LENDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural se classifica como bem material e imaterial, cuja ressignificação se dá por meio de leis e dos que vivenciam as transformações sociais. Nessa percepção, a lenda em estudo tem relações com os comportamentos individuais, a partir de sentimentos, emoções e percepções. São estabelecidas as conexões da cultura com a comunidade.

A legislação brasileira exprime a constitucionalidade de garantir a cultura. As manifestações festivas agregam datas específicas, por serem de alta significação local ou nacional. É matéria de proteção estatal, a partir do art. 215, da Constituição federal de 1988:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
> § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
> V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) (BRASIL, 1988).

A dimensão da cultura está formulada com as orientações do Plano Nacional de Cultura plurianual, com a Lei 13.343/2010. A sua primeira meta visa “I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira” (BRASIL, 2010). O poder público, com a comunidade, é o responsável por preservar o patrimônio cultural mesmo que não esteja sempre atento a seus acontecimentos formadores, de modo a envolver as ações educativas e as de conservação.

Os recursos cabem ser providos pelo Estado, a partir de políticas públicas que efetivem o desempenho e o fomento da cultura. Trata-se de viabilizar a difusão do conjunto dos bens corpóreos e incorpóreos, reconhecidos historicamente por suas importâncias no meio cultural de alguma região. Seu valor não se pode calcular, é a herança do passado, como está inferido na Carta Magna, no art. 216, sendo “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

As características do patrimônio revelam as raízes e o desenvolvimento de uma cidade ou país. Um dos mais conhecidos exemplos de bens materiais é o conjunto da arquitetura da Cidade de Goiás que fundamentou a Declaração da Unesco que a instituiu como Patrimônio Cultural da Humanidade. As casas e as igrejas antigas lembram o ciclo da mineração do ouro. Nos bens imateriais, a literatura, a música, a lenda, os costumes e outros totalizam esse patrimônio.

Na parte da cultura de Anicuns, o social retrata a convivência compartilhada entre os indivíduos. Esse convívio forma o fundamento cultural com objetos e símbolos da realidade da lenda. O comportamento dos indivíduos repassa por gerações com a agregação dos bens tangíveis e intangíveis. Criam-se normas para a realidade social, cujos valores caracterizam a comunidade. Esses podem ou não ser aceitos pelos participantes da cultura, embora caibam ser respeitados e protegidos por todos, devido à disposição legal.

Os símbolos e os monumentos ajudam a perpetuar as características fundamentais de culturas na sociedade. Essa percepção traz que o princípio da cultura é complexo e envolve variadas ciências, tais como: econômicas, políticas, sociais e educacionais. Elas desenvolvem as ações afirmativas da permanência dos direitos culturais. O Estado estimula essas ações para que todos se beneficiem dos direitos dessa diversidade.

Com a dinâmica da globalização e da *Internet*, ideias, comportamentos e culturas se viralizam cotidianamente. O impacto está nas transformações, cuja perspectiva adentra na Nova História. No século XX, surgiram as transformações no campo da história. No século XIX, teve início a sua organização, adquirindo *status* o profissional chamado cientista. Houve maior valorização do historiador nas universidades, no seguimento dos Annales:

> Na atual renovação da ciência histórica, que se acelera, quanto mais não seja ao menos na difusão (o incremento essencial veio com a revista 'Annales', fundada por Bloch e Febvre em 1929), um papel importante é desempenhado por uma nova concepção do tempo histórico. A história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos. Em vez do estrato superficial, o tempo rápido dos eventos, mais importante seria o nível mais profundo das realidades que mudam devagar (geografia, cultura material, mentalidades: em linhas gerais, as estruturas) – trata-se do nível das "longas durações" (LE GOFF, 1990, p. 10).

Trata-se do pensamento de revolucionar o trabalho científico do historiador. Expandiram-se as teorias para outras áreas que enriqueceram as disciplinas no acréscimo da história. O interesse dos historiadores de seguir rumo a novos horizontes mostrou a crítica desconstrutora do oculto.

Houve incertezas que contribuíram com a parte teórica e a metodológica da história, cujas elaborações caracterizaram as mudanças. As trilhas abertas da pesquisa tiveram seu papel centrado nas relações sociais, revelando a vida de

escravos, massacrados, humilhados. Também entra na discussão os direitos à educação, aplicados apenas à burguesia.

Nesses apontamentos, a lenda é uma espécie de história contada sob a perspectiva de interesses, muitas vezes da elite, com acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais. Desse modo, partindo da origem da palavra ao que se considera na atualidade, tem-se que lenda

> [...] provém do baixo latim legenda, que significa “o que deve ser lido”. No princípio, as lendas constituíam uma compilação da vida dos santos, dos mártires (Voragine); eram lidas nos refeitórios dos conventos. Com o tempo ingressaram na vida profana; essas narrações populares, baseadas em fatos históricos precisos, não tardaram a evoluir e embelezar-se. Atualmente, a lenda, transformada pela tradição, é o produto inconsciente da imaginação popular. Desta forma o herói sujeito a dados históricos, reflete os anseios de um grupo ou de um povo; sua conduta depõe a favor de uma ação ou de uma idéia cujo objetivo é arrastar outros indivíduos para o mesmo caminho (BAYARD, 2007, *on-line*).

Fatos reais se misturam aos dados imaginários para a reprodução de sua história lendária que coaduna com o mito, já que “[...] lendas são na maioria das vezes confundida com os mitos e acabam sendo compreendidas como uma espécie de extensão ou renovação do mito. Elas existem em todas as culturas, mas não há uma certeza sobre seu país de origem” (SÁ; EGAS, 2015, p. 25513). Desse modo, o aporte da lenda pode estar mais fortemente baseado em alguma das quatro ideias teóricas sobre a mitologia:

> Teoria Bíblica - de acordo com esta teoria, todas as lendas mitológicas têm sua origem nas narrativas das Escrituras, embora os fatos tenham sido distorcidos e alterados, portanto, a verdade é que cada povo ou geração tem a sua lenda. Assim, Deucalião é apenas um outro nome de Noé, Hércules de Sansão, Ariom de Joanas [...]
> Teoria Histórica - por essa teoria todas as personagens mencionadas na mitologia foram seres humanos reais e as lendas e tradições fabulosas a elas relativas são apenas acréscimos e embelezamento, surgidas em épocas posteriores. [...]
> Teoria Alegórica, segundo essa teoria, todos os mitos da antiguidade eram alegóricos e simbólicos, contendo alguma verdade moral, filosófica, ou algum fato histórico. Sob a forma de alegoria, passaram a ser entendidos literalmente. Assim, Saturno que devora os próprios filhos, é a mesma divindade que os gregos chamavam de Cronos, que podemos dizer na verdade destrói tudo que ele próprio cria. [...]
> Teoria Física, para esta teoria os elementos ar, fogo e água originalmente objeto de adoração religiosa, sendo as principais divindades personificadas nas forças da natureza. Foi fácil a transição da personificação dos elementos para a ideia de seres sobrenaturais, dirigindo e governando os diferentes objetos da natureza. Os gregos acreditavam que toda a natureza era povoada por seres invisíveis, e que todos os objetos, desde o Sol e o Mar até a menor

> fonte ou riacho, estavam entregues aos cuidados de alguma divindade (BULFINCH, 2002, p. 354-5).

Dentre os fundamentos teóricos, nota-se a completude em que há em relação explicativa. A primeira dá a ideia de lendas em que as personagens se relacionam com uma mitologia para outra, sendo encontradas com algumas alterações. A segunda traz que fatos e personagens realmente existiram, embora sofrendo acréscimos fabulosos para incutir a adoração aos antepassados heróis divinizados. A terceira aduz a psique de sonhos e medos, cuja amostra foi transformada em mito sob aspecto de moralidade que ensina algo. A quarta teoria acende a natureza para a sua divinização tão comum em sociedades primitivas.

A teoria histórica parece ser a mais qualificadora da lenda urbana deste estudo. Nela, a época da mineração era a contemporaneidade do caráter sensacionalista ou conspiratório que criou o imaginário do ouro com formato de cara de boi, que não foi resgatada da natureza pelo acontecimento sobrenatural da enchente provocada por um santo da crença católica. Os fatos da extração de minérios na região e o alagamento repentino estão inferidos no mito, cuja explosão matou tantas vidas no dia factual.

Com isso, a lenda tem mesmo o lado obscuro que não explica claramente o discurso de sua veiculação. Nessa percepção, em qualquer período da criação da lenda, assim os antigos, os primeiros ouvintes da história “[...] compraziam-se em encontrar um sentido oculto em suas lendas mitológicas” (BULFINCH, 2002, p. 227). Desse modo, percebendo que mitos e lendas se assemelham, também “[...] carregam em suas narrativas semelhanças de caráter social e simbólico para mostrar as tradições dos povos que deram origem a eles” (SÁ; EGAS, 2015, p. 25512).

O que se nota de essencial é que o Brasil é bastante diversificado em cultura popular, cujas lendas povoam a mente das populações regionais. As características das lendas geram as crenças de proteção e/ou temor nos habitantes do espaço. De certa forma, a maioria apregoa a lenda, aderindo aos símbolos que dela são repassados a gerações. No caso deste estudo, a figura do boi metalizado está na entrada de Anicuns, figurando sua importância simbólica.

Todas as faixas etárias, acreditando ou não no mito, cultivam a lenda ao relatá-la e as imagens simbólicas ajudam a perpetuá-la. Nesse contexto, as lendas e os folclores podem ser vistos como parte estudada na educação, cujos elementos

linguísticos contemplam certos julgamentos civilizatórios da cultura. Nos aspectos do folclore, segundo Brandão (1984), há o seguinte entendimento desse saber:

> Os ingleses que em 1878 fundaram a Sociedade de Folclore consideravam como objeto dos seus estudos: — As narrativas tradicionais, como os contos populares, os mitos, lendas e estórias de adultos ou de crianças, as baladas, “romances” e canções; — Os costumes tradicionais preservados e transmitidos oralmente de uma geração à outra, os códigos sociais de orientação da conduta, as celebrações cerimoniais populares; — Os sistemas populares de crenças e superstições ligados à vida e ao trabalho, englobando, por exemplo, o saber da tecnologia rústica, da magia e feitiçaria, das chamadas ciências populares; — Os sistemas e formas populares de linguagem, seus dialetos, ditos e frases feitas, seus refrões 28 e adivinhas (BRANDÃO, 1984, p. 28-9).

A percepção dos ingleses, bem como dos americanos e europeus, em grande parte, sistematiza essas ciências populares de forma parecida com a dos brasileiros, embora se diferenciem no aspecto de considerarem a categoria do folclore apenas sob a literatura oral. A complexidade dessa visão está em aderir como bem material a oralidade e, caso haja publicações de folclore, já seria enquadrado como bem imaterial.

Desse modo, as definições de folclore, coligando com a lenda, aumentam sua complexidade. Na esfera da Antropologia americana, folclore está dentro dos estudos dos fatos/dados levantados pela Etnologia. Essa compreensão estabelece dois pontos polêmicos no Brasil. Conforme Brandão (1984), uma parte estende o folclore como cultura primitiva, ligada a mitos, lendas e cantos, inscritos em sociedades indígenas. Outra parte considera-o como disciplina diferenciada da Antropologia, mas não o vê como ciência autônoma.

A partir dessa dualidade, se o folclore é entendido como cultura primitiva ou ciência subsidiária de outra, importa considerar que a lenda faz parte de seu enquadramento, partindo do conhecimento e das tradições de um povo. Nesse caso, apregoa-se a Lenda do Boi de Ouro, cujo mito trata-se de uma forma particular de pensar e viver o mundo. As dimensões do pensamento atualizam as sobrevivências populares nas relações sociais e, particularmente, as religiosas, como aponta Bayard (2007, *on-line*):

> A lenda, mais verdadeira do que a história, devido à quantidade de ensinamentos humanos, contraria freqüentemente a verdade psicológica; uma abóbora transforma-se em carruagem; um rato, em cocheiro. Entretanto, essas ficções não são nem pueris nem grotescas; elas nos interessam, nos

> repousam e nos deslumbram. Esse mundo fluido que põe em xeque o nosso mundo real. [...] A lenda existe desde a formação do clã, da sociedade e os temas se desenvolvem com preocupações semelhantes em todas as culturas.

O autor considera a lenda mais robusta de ensinamentos a serem transmitidos a gerações. É tão antiga quanto à formação da família e sociedade, usada para provocar a imaginação, além de revelar as preocupações humanas em diferentes culturas. Ela translucida o pensamento que simboliza o sentimento e o desejo de desvendar os mistérios da vida.

Nesses enfoques, para Silva (2005), o povo goiano vislumbrou o folclore a partir do século XX, embora fosse fundamentado em meados desse período. Esse tipo de escritura permeava áreas do conhecimento, compondo a narrativa sincrética do saber histórico de fatos de uma região:

> Em Goiás, a temática do folclore tornou-se autônoma a partir da criação da subcomissão estadual do folclore em 1947 que deu origem, anos mais tarde, ao Instituto Goiano do Folclore. No entanto, alguns estudos são apontados como pioneiros nessa abordagem desde o início do século XX como o de Crispiano Tavares, engenheiro mineiro que trabalhou a partir de 1882 por vários anos em Goiás na construção de estradas de ferro e aproveitou grande experiência de adentramento' no sertão goiano para registrar diversos elementos da cultura popular. O texto de Tavares insere-se num estilo bastante recorrente na época de se escrever a história de Goiás, pois a temática do folclore não compunha uma narrativa específica, mas um conjunto de elementos que se elegiam para escrever e narrar a história da região como dados da sua geografia, mineralogia, zootecnia, entre outros (SILVA, 2005, p. 3).

As considerações desse trecho apontam para o folclore, tratado aqui como similitude de lenda. O que importa é a circulação da memória, cuja movimentação visava à criação da identidade externa do povo goiano. Com caráter político, econômico e religioso, a descrição era das características do indivíduo do sertão, da roça, da mineração, da lavoura e de outras áreas, percebendo que

> A criação do folclore é pessoal. Alguém fez, em um dia de algum lugar. Mas a sua reprodução ao longo do tempo tende a ser coletivizada, e a autoria cai no chamado "domínio público". A música erudita e a música popular da cidade eternizam o nome de seus autores, e o que "todo mundo canta" é de alguém que "todo mundo sabe". O folclore vive da coletivização anônima do que se cria, conhece e reproduz, ainda que durante algum tempo os autores possam ser conhecidos (BRANDÃO, 1984, p. 34).

Por ser a lenda uma questão pessoal, cada indivíduo observa e transmite a narração de uma forma. O discurso funda-se em possibilidade de dar respostas para os fatos que já foram notícias ou simplesmente nasceram na mente de seu inventor. Algo fatídico se deu com a explosão que originou o Poço da Sociedade. A mudança do cenário repercutiu no progresso econômico, pois finalizava-se a fase mineratória para a ascensão de outras atividades.

Nota-se que, além das implicações histórico-sociais, a mudança também impulsionou a ideia de Goiás ter seu reconhecimento e mostrar ao Brasil e ao mundo o seu patrimônio cultural. Entre os intelectuais, Hugo de Carvalho Ramos se destacou, em 1919, em um artigo, ao defender a participação goiana na exposição cultural que estava sendo organizada pelo executivo municipal do Rio de Janeiro. A revelação de costumes regionais era de festas goianas: cavalhadas, danças, cordões, o congo, quadrilha, sendo exemplos, "[...] ainda eram costumes vivos, embora respondesse a críticas, segundo as quais, tais divertimentos evocados pelos goianos já haviam desaparecido há uns trinta ou quarenta anos" (SILVA, 2005, p. 4).

Por ser um evento de partilhar cultura popular de regiões brasileiras, Goiás expôs os costumes sertanejos, privilegiando também as lendas. As contribuições estão incutidas no patrimônio cultural, destacando as diferentes raças. Nesse quesito, Silva (2005, p. 4-5) atesta que há

> [...] as várias contribuições do negro nas Congadas, Moçambiques, nas lendas do Saci (transformação do Caipora), a lenda do Romãozinho, do Pé-de-garrafa, do Negro-d'água (masculinização da lenda de Iara; as contribuições do indígena como a lenda do Boto do Araguaia, do Caipora, da Catira, do Caruru, do Batuque bem como as contribuições do branco como as Cavalhadas, Folia de Reis, Mula-sem-cabeça, modas musicais entre outras.

As considerações contributivas dedicaram-se ao universo plural de folclores, danças e movimentos exploratórios, cuja experiência fundamentou o mundo folclorista tão marcante do perfil goiano. Infere-se que, com a catalogação, foi "[...] possível a catalogação e preservação de manifestações culturais intangíveis, mas que demonstram tanto quanto os bens materiais, a cultura de uma determinada comunidade", como apontam Sá e Egas (2015, p. 25511). Teve-se, desde essa época, a coletânea popular originária sob aspectos da linguagem regional, da religiosidade, das festas, das lendas e de outros elementos culturais, porém estudos do folclore se firmaram na década de 1970. Essa época teve a consolidação da "[...] política cultural

para Goiás e definição das instituições fomentadoras desta cultura, em que a criação de órgãos públicos gerenciadores da cultura iniciados tardiamente nos anos de 1960, na capital de Goiânia, construída em 1930" (SILVA, 2005, p. 5).

Nota-se a divulgação mais amplificada da cultura regional, a partir de 1930. Principalmente as narrativas compostas em livros transitavam os elementos memorialistas locais. Os elementos da cultura com os costumes eram, assim, registrados como publicações do patrimônio cultural. Cada escritor se fez personalidade intelectual representante do movimento folclórico, com o tempo, sendo mais organizado.

Conforme aponta Silva (2005, p. 6), no ano de 1972, o movimento do folclore fez a sua organizou de publicação mais elaborada, "[...] revelando implementar estudos e pesquisas no campo do folclore com bases teóricas e empíricas, por meio da revista Folclórica, fundada em 1972. Nesse momento, o movimento do folclore solidifica em Goiás". Desse modo, o início da década de 1970 marcou as bases da reelaboração organizacional dos estudos do folclore. Muitas pesquisas surgiram e contribuíram com a riqueza no campo lendário. Foi um período tão importante em que se definiu a necessidade de dividir as regiões para estudos mais analíticos, como atesta Silva (2005, p. 7):

> Em 1972, o setor de folclore do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás organizou um projeto de pesquisa que visava uma divisão regional do folclore para fins de estudos e defesa no Estado de Goiás parecia ser um pouco diferente daquelas dos folcloristas, as organizadoras fizeram um levantamento etnográfico, iconográfico e bibliográfico para articular o projeto. Dividiram o Estado em regiões e fizeram levantamento dos principais aspectos do que consideravam como folclore; as festas, o artesanato, os folguedos populares, além do levantamento de material folclórico para coleta.

A proposta dessa instituição estava de acordo com a dos folcloristas, já que as manifestações culturais goianas precisavam ser registradas, bem como conhecidas e divulgadas para a sua preservação. As iniciativas vislumbraram estudos da cultura popular, vindo a incentivar várias publicações:

> Desta feita, a história de Goiás fora narrada e representada por referências bem particulares deste período em que pensava o Brasil como uma nação multifacetada, cujos elementos identificadores estavam dispersos em vários focos no centro e interior do Brasil. A escrita do folclore em Goiás é representativa deste contexto, porque estabelece limites, cria personagens, organiza histórias, estabelece identidades e confere legitimidade para

> costumes antigos e interioranos, compondo um mosaico cultural para Goiás (SILVA, 2005, p. 7).

A representatividade da tradição goiana estabeleceu os limites identificadores da predominância cultural. As narrativas idealizavam o original, o autêntico desconhecido por fronteiras, cabendo ser divulgado a partir do próprio estado. Considerava-se a importância dos registros, visto que a modernidade ameaça o esquecimento dos costumes tradicionais, porém não se dá apenas a catalogação, pois, como aduz Brandão (1984, p. 36-7), tem-se a diferença de que "[...] o fato folclórico é absorvido pela comunidade", aceito por praticantes populares, sendo "[...] incorporado ao seu repertório de maneiras de pensar, sentir e agir de um povo preservadas pela tradição popular". A população vive o fato como se de si fosse parte, ao considerá-lo seu, transforma-o, advindo suas variantes.

A coletivização da lenda, portanto, consubstancia com a condição dinâmica da sobrevivência folclórica popular. Os estudos culturais traçam uma releitura folclorista que explica o presente. Entretanto, a vertente de não dar muita importância às lendas justifica esta pesquisa sobre o tema. Para Sá e Egas (2015, p. 25516), as sociedades contemporâneas veem os mitos como crendices, sem dar sua importância social e cultural para as gerações: "Estão desaparecendo e deixando de serem transmitidos nas escolas, famílias e outras comunidades, pois se tornaram apenas uma forma simples de explicar o que o homem não consegue entender".

Com esse aporte, registrar as versões da Lenda do Boi de Ouro toma uma importância ainda maior, pois elas fazem parte das raízes culturais do povo anicuense. O exercício repensa as interpretações dos conservadores e dos inovadores. Todos vivenciam o processo da imaginação e dos costumes representativos de uma população. Entretanto, crenças, fatos e lendas passam por transformações, mas sem perderem as tradições como patrimônio natural, sendo que "[...] tudo é movimento em qualquer tipo de cultura, exista ela no interior de uma classe ou no território ambíguo da passagem de uma à outra" (BRANDÃO, 1984, p. 38).

Entende-se que o pensamento e o comportamento da população estão presentes na história. Em Anicuns, essa historiografia passa por escravidão, mineração, aviltamento do trabalho da massa, aponta a classe dominante prevalecendo suas crenças antigas, nas quais são mergulhados os dominados. Mas, para Amaral (2007, p. 133), por situações emaranhadas de ideias, contraditórias ou

coincidentes, entra a criatividade que segue sua jornada, tendo o aporte da ciência para “[...] a solução para todas as dúvidas frente à natureza. Nem a brutalidade dos tiranos, nem o fanatismo dos religiosos conseguiram detê-la na caminhada heroica e consequente que empreendera”.

Essa forma empreendedora é sinônimo da criatividade que elucida outros modos de pensar o mundo, de narrar suas histórias e lendas. Mesmo que tenha aprendido um tipo de tradição, o indivíduo é capaz de reformular sua aprendizagem e as razões de viver. Assim, a Lenda do Boi de Ouro apresenta seus valores culturais e políticos ativos, enviesados com a história do ouro em Goiás.

2 HISTÓRIA GOIANA DE ANICUNS NOS ASPECTOS DO OURO

Neste capítulo, apresenta-se a história de Anicuns, cuja paisagem mostra marcas da fase aurífera de Goiás. Compreende-se o patrimônio, enfatizando a Lenda do Boi de Ouro, tendo como referencial teórico principal a obra de Palacin e Moraes (2008) historiografando a fase do ouro. Dentre os destaques, há as diversas expedições que percorreram o estado goiano, comuns nos primeiros séculos da colonização do Brasil. Estudar esse período possibilita relacionar a realidade daquela época com o mito. As expedições de caráter oficial exploravam a terra e as riquezas minerais.

2.1 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DO OURO EM GOIÁS

A historiografia de Goiás marca, a partir do século XVII, as saídas das bandeiras para as explorações de minérios. O movimento chegou ao extremo norte goiano, conforme os apontamentos de Palacin e Moraes (2008), entre outros. Nesse enfoque, investigavam-se as possibilidades exploratórias para a economia.

Conforme indica Silva (2001, p. 18), o século XVII foi a etapa em que se observaram as possibilidades econômicas trabalhadas nas regiões goianas. Seu território "[...] tornou-se conhecido, no século seguinte, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação através da mineração". No modelo de expansão, uma figura da história da marcha do ouro foi Bartolomeu Bueno, que seguiu rumo ao sertão brasileiro, ocupando o interior do Brasil.

De acordo com Palacin e Moraes (2008), com a sua morte, 40 anos depois, seu filho - Bartolomeu Bueno da Silva - reorganizou a expedição, em 1722. Esse ficou conhecido por Anhanguera[2], ao encontrar ouro às margens do Rio Vermelho, três anos após a sua saída de São Paulo. Fundou o povoado da Barra; depois, denominado por Arraial de Sant'Anna, em 1725. A extração de ouro em minas fez desse *lócus* um importante centro econômico para a Coroa Portuguesa, sendo categorizado por Vila Boa de Goiás, em 1750.

---

[2] Esse nome foi dado pelos indígenas, significa Diabo velho, por ter ele usado recursos de engano, colocando fogo em álcool dizendo ser em água, para ludibriar os habitantes a contarem onde se localizava o ouro.

Dentre as publicações que registram a história de Goiás, no *site* do governo, consta uma delas, que viabiliza o conhecimento da fase aurífera. Por meio dessa movimentação mineratória, que não registrou os indígenas que já ocupavam o local, fundou-se a região goiana em que se predominava a economia, diretamente voltada para a política nacional. Essa história teve seu pontapé

> [...] com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, em busca de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII. O contato entre nativos indígenas, negros e os bandeirantes foi fator decisivo para a formação da cultura do Estado, deixando como legado as principais cidades históricas, como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital de Goiás. O nome do Estado tem origem na denominação da tribo indígena “guaiás” que, por corruptela, se tornou Goiás. Vem do termo tupi “gwaya”, que quer dizer "indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça (GOIÁS, 2019, *on-line*).

O patrimônio aurífero de Goiás repercute na historiografia das bandeiras, apesar de reconhecer a atuação dos nativos na época, mas esses não tinham a ambição de possuir ouro. Aquelas atravessaram fronteiras para o norte do território goiano para essa busca frequente. As viagens, antes da fase do ouro propriamente dita, deram-se em outros momentos. Há documentadas cerca de 16 delas, em que a primeira, partindo de São Paulo, chegou aos sertões goianos, organizada por Antônio Macedo e Domingos Luís Grau, entre 1590-1593, vindo as movimentações posteriores.

Conforme Palacin e Moraes (2008), Domingo Rodrigues (1596-1600) desceu até Tocantins, no Rio Araguaia, além de outros exploradores. De norte a sul do território goiano, seguiram a confluência de rios, dedicando preferencialmente à mineração. Nesse seguimento, outras expedições mais conhecidas ocorreram como as dos jesuítas à procura de indígenas para a catequização.

Naquele momento, embora bandeirantes e jesuítas não tivessem se fixado em Goiás, eles traçaram caminhos, mesmo sem criarem povoações (PALACIN; MORAES, 2008). Desse modo, os caminhos fluvial e terrestre remontam a história, cujo foco é mostrar o patrimônio goiano. Mesmo que a escravização e as explorações minerais fossem a busca constante dos desbravadores, havendo fontes com outras visões, as expedições que abriram a economia regional foram mais amplamente conhecidas por descobrimento do ouro de Goiás que expandia a economia para o Brasil.

Anhanguera tinha vivido no estado de Minas Gerais, no qual foram descobertos sítios mineratórios em 1960. Diferentemente dos outros bandeirantes, fixou-se em Goiás na busca do ouro. O pensamento era de que, se em Minas Gerais encontraram tanto ouro, em Goiás, haveria de ser mais próspero. Desse modo, avançavam com os ardis dos exploradores.[3]

Como apontam Palacin e Moraes (2008), o rei concedia a licença para as expedições, sendo o governador o responsável por dar regimento à bandeira. Os gastos eram dos organizadores que receberiam vantagens por conta das descobertas de minas, garantindo cargos políticos na região. A bandeira era organizada militarmente, mas como sociedade comercial. Os participantes entravam com sua parcela de capital, pelo número de escravizados. A bandeira se reuniu para sair de São Paulo[4], em 3 de julho de 1722. O caminho já era conhecido até o Rio Grande. Entretanto, não seguiu no mesmo propósito, por descaminhar devido a inimizades entre os componentes.

Esses autores explicitam que o roteiro de partida parecia não existir, já que ficaram sem rumo durante meses, uns morreram de fome, outros voltaram para São Paulo. Os exploradores percorreram rios e corredeiras hostis. Porém, o Anhanguera não desistia, antes, preferia a morte, pois voltar era sinal de fracasso. Com seu intento, em uma das voltas, descobriu ouro no Rio Vermelho, na cidade de Goiás. Ele e sua tropa permaneceram ali até 1725, seguindo triunfantes a São Paulo. Propagaram as descobertas de minas e córregos auríferos ricos para a exploração.

Rio Vermelho foi um dos locais importantes para as primeiras movimentações do Arraial de Sant'Ana, antes chamado Vila Boa; depois, Cidade de Goiás, que se assentou por 200 anos como Capital goiana. O desenvolvimento regional também se deu, pois, nas proximidades de Sant'Anna, em que surgiram arraiais e vilas, portanto, havia a estimulação de novas bandeiras (BERTRAN, 1988). Com a divulgação da riqueza das minas, vinham indivíduos de todo País para a exploração, sendo a capitação de mais de 10 mil escravizados negros em 1736.

Palacin e Moraes (2008) descreveram que o crescimento acelerado fazia com que o povoamento fosse irregular ou sem planejamento. Do ouro, surgiu a povoação

---

[3] Dentre os ardis, tem-se a história de que, para enganar os indígenas e fazê-los contar onde havia ouro, costumavam colocar fogo em álcool para os nativos pensarem que eles tinham poder sobre as águas e podiam queimar tudo.

[4] Goiás pertencia à capitania de São Paulo até 1749, conforme estudos de Palacin e Moraes (2008).

sem a base de todo desenvolvimento. Mas, nas circunstâncias exploratórias da época, pensando que se esgotou o minério, definhava-se a povoação exploradora. Desapareciam as bandeiras no local, pois procuravam outros pontos de descobertas de ouro. Porém, ficavam populações nos arraiais onde o ouro foi encontrado.

Conforme Palacin e Moraes (2008), três zonas povoaram-se com mais densidade no século XVIII. A primeira no centro-sul, atualmente conhecidas por Santa Cruz, Luziânia, Pirenópolis Jaraguá e Cidade de Goiás. A segunda situava-se em Tocantins, no norte, sendo Traíras, Água Quente, Niquelândia, Santa Rita e Muquém. A terceira abrangia Tocantins e limites com a Bahia. As povoações eram Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Nacional.

Para esses autores, nessas regiões mais populosas, não entrou a de Anicuns. Desse modo, outras partes do território goiano, equivalentes a dois terços, ficaram sem povoação. Foram zonas que tiveram ocupação, por meio da pecuária e da lavoura, nos séculos XIX e XX. Nas regiões chamadas capitanias, estava Goiás (1808) com o Arraial de Anicuns. A época intensa do ouro em Goiás durou cerca de 50 anos, advindo outros meios de subsistência da economia como pecuária e lavoura.

A técnica rudimentar empregada na mineração fundava o sistema colonial, explorado por Portugal, pois a maioria do ouro era exportada para lá, embora houvesse a suposição de que as trocas de benefícios com o Brasil eram vantajosas. A colônia estava subordinada ao sistema político-econômico de Portugal. A prática mercantilista pregava a especialidade da metrópole em explorar, atuando como dominadora das matérias-primas: minerais e todo tipo de produto comercializável. A metrópole dava proteção, mantinha a ordem colonial, defendendo-a contra os inimigos, integrava-a à economia (inter)nacional, dirigindo a produção e a comercialização dos produtos extraídos da terra.[5]

Com esse pensamento exploratório, Goiás entrou no cenário nacional como fonte geradora do produto preferencial para a economia. O ouro foi feito patrimônio mercantilista que ocupava o primeiro lugar das riquezas mais cobiçadas no mundo. Desse modo, a organização de explorar os territórios de minas era comum e almejada pelas bandeiras.

As minas situavam-se em lugares tidos como territórios de patrimônio muito rico para gerar riquezas para a região e o Brasil. A capitania goiana estava centrada

---

[5] Em 1822, Brasil se tornou independente de Portugal.

no interesse do governo, tanto na época colonial como após a independência. Com a visão de riqueza de grande valor, a especialização de produzir ouro deixava a desejar o desenvolvimento econômico da lavoura e pecuária, já que os esforços se davam para a mineração.

Para Ferlini (2009, p. 238), o ouro do Brasil, desde o século XVIII, “[...] propiciara a Portugal uma acumulação de capital líquido, capaz de potencializar a industrialização, apesar de uma parcela substantiva dessa riqueza esvair-se para outros países, alimentando igualmente seus processos de industrialização”. O sistema derivava na política dos governantes, incutindo na mentalidade do povo o desejo por encontrar o ouro. Porém, apenas governantes e grandes comerciantes eram favorecidos com o monopólio aurífero.

O engrandecimento estatal seguia os critérios mercantilistas, não se importando com o bem-estar de todas as classes sociais. Notava-se a supervalorização do minério em todo território brasileiro, em que muitas profissões significavam pouca estima, se comparadas com a dos trabalhadores das minas. Esse estava enquadrado na profissão honrosa, pois tinha mais *status* social. Ser mineiro era indivíduo importante principalmente para a economia local.

Nos apontamentos de Palacin e Moraes (2008), essa visão também faz parte do patrimônio historiográfico do ouro, assenhorado do governo, mas cedido o direito exploratório para particulares, com impostos altos, às vezes, sufocantes e desestimulantes do trabalho. Com as licenças, as bandeiras desbravavam em busca do ouro para a sua fundamentação social. Mas muitos não concordavam com os impostos[6] e faziam o contrabando, que consistia em fraudar o ouro para fora do País.

Havia duas casas de fundição em Goiás, uma ao sul em Vila Boa e outra ao norte em São Félix. Mesmo com os registros das extrações, não é possível saber quanto ouro foi produzido. Os dados indicaram também a queda da produtividade da mineração. Apesar da decadência do ouro, as minas continuavam sua exploração, sendo algumas abertas onde se descobria algum foco, como ocorreu em Anicuns - objeto deste estudo.

Desse modo, o patrimônio do ouro é mais de relevância histórica e cultural do que econômica, pois a riqueza dele produzida não foi tão visível para os goianos, não

---

[6] Havia a cobrança do quinto ou a quinta parte da porção pesada do ouro, que durou até 1751 (PALACIN; MORAES, 2008).

havendo registrado do ouro que ficou em Goiás, embora tenha deixado rastros de contribuição para o desenvolvimento local. Contudo, o papel da mineração fundamentou o fluxo populacional, entre outros aspectos, a movimentação e a fixação que o ouro instigava:

> O achado do ouro promoveu a fixação do homem ao território goiano e o lançamento das bases da colonização portuguesa no Centro-Oeste, integrado, a partir de então, no contexto mercantil da colônia. A região passou a funcionar como área fornecedora de metais preciosos à metrópole. Estruturalmente, a mineração exerceu em Goiás papel de suma relevância, determinante de aspectos peculiares fundamentais do conjunto da capitania. As descobertas auríferas numa fase inicial, propiciaram elevado afluxo populacional (SILVA, 2001, p. 18).

A influência das descobertas auríferas, tempos depois, repercutiu nas cidades fundadas ou expandidas por causa da exploração aurífera. O século XVII e os vindouros representaram pontos fortes de busca de riquezas e alargamento de fronteiras. A população aumentou e as estradas foram construídas para alavancarem a produção do ouro, que viriam a ser usadas para outros ramos da economia como pecuária e lavoura. A agricultura e a pecuária permaneceram como subsidiárias de fonte econômica, mas sem proeminências. A atividade com os metais preciosos absorveu praticamente toda mão de obra, sendo exposto por Silva (2001, p. 19) que

> Decorreu então que a quase totalidade da mão-de-obra foi absorvida pela mineração, permanecendo a agriculta e a pecuária até o final do século XVIII como atividades subsidiárias. O comércio, com exceção do comércio de metais, foi de cunho interno, fundamentado na importação dos gêneros de primeira necessidade e dos manufaturados, e as ligações diretas com o exterior foram proibidas (SILVA, 2001, p. 19).

O capital advindo da extração do ouro custeou parte desse desenvolvimento da época. Portanto, a sociedade colonial do ouro caracterizou a história goiana como marco antes e após o período dominante da mineração, embora continuasse a ter sua base no trabalho escravo. Os escravizados africanos constituíram a maioria da população das minas. Entretanto, a decadência da mineração deixou a economia modificada, registrando outros trabalhadores nesse cenário.[7]

---

[7] Com a queda da produção do ouro, não era mais rentável para os donos de escravos mantê-los nas minas. Em Goiás, não se importou mais escravos, após 1775, pois a decadência das minas implicava a companhias importadoras (PALACIN; MORAES, 2008).

Mesmo assim, para todos, o trabalho continuava a ser desumano nas minas, apesar de supostas compensações do que se podia ganhar com descobertas de quantidade significativa de ouro. O controle demasiado rigoroso era próprio da mineração, já que na lavoura de monocultura na pecuária extensiva não havia essa possibilidade. Esse foi um dos motivos que, ao passar Goiás "[...] da mineração para a criação de gado como forma econômica preponderante, a escravatura estava fadada a desaparecer por si mesma" (PÁLACIN; MORAES, 2008, p. 55).

As mudanças de foco para o desenvolvimento econômico fizeram com que a principal força de trabalho desaparece, juntamente com a mineração. O patrimônio era garantido por meios duros e desumanos, já que a vida do escravizado padecia de todos os males de esgotamento e falta de condições mínimas de sobrevivência, ainda aguentando castigos simplesmente por estar na situação escravagista.

Esse jugo pode ser assemelhado a acontecimentos da tragédia da mina em Anicuns. Os trabalhadores padeciam de todas as situações adversas discutidas anteriormente. É paradoxal pensar que, na época da economia do ouro, as mazelas dos trabalhadores eram as piores, até difíceis de imaginar sob o olhar humano. Quanto a isso, Boxer (1969, p. 204) atesta sobre essa trágica fase considerada do ouro. Falta de liberdade, grandes arbitrariedades e castigos, escassez de recursos básicos para a vida e desvantagens quase totalitárias para os usados nas minas eram a realidade. Não importava onde e como trabalhassem "[...] na lavagem do ouro ou nas galerias subterrâneas, o labor dos mineiros era freqüentemente longo, penoso, e produzia doenças".

Do trabalho da escravidão, adveio a liberdade com o ódio e o pensamento de que negros forros não trabalhavam. Havia concordância de testemunhos de que "[...] pretos livres e mulatos só trabalhavam o indispensável para não morrerem de fome" (PALACIN; MORAES, 2008, p. 59). Não que os brancos também fizessem assim, mas para aquele grupo a observação nivelava as classes, já que a "[...] primeira distinção fundamental na sociedade era a da cor. Os escravos, negros e mulatos apareciam muitas vezes equiparados, nas expressões correntes e mesmo nos documentos oficiais, como formadores da ralé da sociedade" (PALACIN; MORAES, 2008, p. 59).

A visão na época da mineração vulgariza essa classe de trabalhadores. Em meados de 1700, importava mostrar o mineiro sem *status* ou prestígio algum. Desse modo, nota-se que, independentemente dos tempos frutíferos do ouro, a decadência e a hostilidade eram notáveis na construção do patrimônio goiano, portanto,

> A mineração não formou uma classe média com raízes autônomas, embora aumentasse extraordinariamente o número dos homens “legalmente” livres. Na reestruturação da nova sociedade resultante da decadência das minas, o poder econômico, e consequentemente o poder político, ficou concentrado nas poucas famílias que sobreviveram à ruína econômica. Mesmo entre os brancos a pobreza era geral, mas ser branco continuava sendo uma honra e um privilégio (PALACIN; MORAES, 2008, p. 60-1).

A história registrou que a mineração não foi época áurea para quem realmente lidava com as minas em busca do ouro, principalmente negros e indígenas. Falar de patrimônio do ouro, assim, é objeto de caráter da decadência humana, ao deixar rastros de mortes e mais desigualdades sociais.

Palacin e Moraes (2008) registraram que a evidência da economia baseada no ouro era para ter alcançado resultados mais satisfatórios para a sociedade em geral. A economia do ouro era meio de lucro fácil e rápido, sendo um produto imediato para negociação. Nada se comparava a ele para que o substituísse economicamente. Desse modo, sua escassez afetou a sociedade goiana, havendo a transformação da subsistência.

Era preciso encontrar outro veio para o crescimento econômico, “[...] o governo português, que antes procurava canalizar toda a mão-de-obra da capitania para as minas, passou, através de suas autoridades, a incentivar e promover a agricultura em Goiás” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 67). Entretanto, os obstáculos fiscais impediam que o desenvolvimento se desse de forma mais rápida. A situação perdurou, de modo que, no início do século XIX, a capitania de Goiás estava desolada. A população diminuiu, houve também a sua dispersão a até o desaparecimento de arraiais. A agropecuária estava inscrita na subsistência.

A situação financeira na primeira década de 1800 era crítica, em que Francisco de Assis Mascarenhas declarou muitas queixas no seu governo. Não foi possível edificar ou reparar nenhuma obra pública da capitania. A necessidade de incentivar o comércio, a agricultura e a pecuária não podia ser retardada, cabendo mais resoluções do Príncipe Regente Dom João, pois precisa haver ações eficientes:

> […] o papel interventor do setor público, tanto federal como estadual, foi vital para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Porém, há registros de que o setor público foi essencial para a estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-

> açúcar. Tais culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria (GOIÁS, 2019, *on-line*).

Além do enfoque de geração de renda por meio campesino, obras eram necessárias, inclusive para manter o patrimônio goiano frente aos novos caminhos da civilização. Foram concedidas isenções de 10 anos para lavradores próximos dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão; catequização dos indígenas para usar sua mão de obra; surgiram os presídios a fim de proteger o comércio, o desenvolvimento da navegação, a estimulação da agricultura e a criação e fábricas (PALACIN; MORAES, 2008).

Percebem-se as estratégias de desenvolver os limites de Goiás para vencer a ruptura financeira principal da idade do ouro. As melhores perspectivas para a metrópole eram esperadas. Mesmo com as tentativas, até o início do século XIX, o território goiano mostrava sua possível abertura para nova perspectiva de vida socioeconômica. Sob o impacto de tantas dificuldades econômicas, a conjuntura regional e (inter)nacional do ouro não acabou por completo, pois ainda havia descobertas auríferas, como se deu em Anicuns.

2.2 ANICUNS: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E CIDADE DO OURO

Quando se fala da época aurífera, à priori, pensa-se na Cidade de Goiás, mas, após o povoamento de Sant'Anna, muitos outros locais são parte dessa história, tais como: São João Batista, Ouro Fino, Anta, Santa Rita e Tesouras, Pirenópolis, Anicuns, Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcanti, Pilar, Conceição, Carmo, Santa Luzia, Caldas, Bonfim, Cocalzinho (GOIÁS, 2019).[8]

O destaque deste estudo é para o município de Anicuns, Goiás, fundado em 7 de junho de 1911, por ser o *lócus* da Lenda do Boi de Ouro. A origem de seu nome é incerta, porém Xavier (2008) aponta para algumas possibilidades. Pode ter advindo da ave pré-histórica guanicuns, mesmo nunca tendo sido encontrado seu fóssil (Figura 2).

---

[8] Após muitas transformações políticas, em 1988, o estado de Goiás foi desmembrado em duas partes territoriais, dando origem a Tocantins (GOIÁS, 2019).

Figura 2 - Ave imaginária que deu nome à Anicuns

Fonte: Prefeitura Municipal de Anicuns (2007, p. 23).

A imagem do pássaro sem dados históricos aponta para a cidade implantada com lendas, desde o nome até a sua história. Mesmo a suposta ave não sendo encontrada nem seu fóssil, a invenção imagética parte da imaginação dos que se referem às possiblidades de uma nomenclatura incerta, já que foi modificada de sua origem. Para Siqueira e David (2014), o nome pode ter se originado do grupo indígena Guanicuns que ocupou a região.

Dessas inferências, tem-se o nome Anicuns envolto a mítica do corpo de algum animal ou planta. Para essa crença, como aponta Moraes (2012, p. 431), ocorre a integração do universo social com a comunidade. Os fundamentos da mística fazem convergência simbólica, da qual há a "[...] participação das vontades de todas as ordens - dos pés à cabeça - do reino em um todo unificado". É constituída a unidade do mito, havendo um corpo e uma ideia.

Quanto à sua fixação, é pacífico que foi às margens do Córrego Boa Esperança, denominado por Poço da Sociedade pelos habitantes, na época das escavações para a retirada dos minérios, principalmente ouro. A cidade está localizada no centro-oeste de Goiás. Encontra-se a l6º 8` de Latitude Sul e 49º 57` de Longitude Oeste. A altitude média está em torno de 713 metros. Sua área tem cerca de 867 km^2, cujos limites são ao norte, as cidades de Itaberaí e Americano do Brasil, à parte oeste, localiza-se

Mossâmedes, ao sudoeste, funda-se Turvânia, ao sul, a cidade de Nazário, e a leste, encontra-se Avelinópolis.

Anicuns fica distante da Capital 78 km, sendo mais velha do que essa, pois comemorou dia 7 de junho de 2020 seus 102 anos de emancipação. Tem cerca de 20 mil habitantes, apesar de seu início no século XVIII, desde 1749, período em que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho estabeleceu seu *lócus* como ponto de apoio para tropeiros e boiadeiros viajantes em direção à Cidade de Goiás. O distrito

> [...] foi criado pela Resolução Provincial n° 2, de 7 de junho 1841. E município pela Lei Estadual n° 388, de 7 de junho de 1911. Nestes anos de emancipação a cidade passou por várias transformações, tanto na parte econômica como social e política, o município hoje não sobrevive mais das riquezas do ouro, mas da pecuária, comércio, agricultura e da produção de álcool e açúcar (PREFEITURA DE ANICUNS, 2019, *on-line*).

Seu desenvolvimento tem a ver com sua rede hidrográfica que destaca os seguintes rios: Rio dos Bois, Rio Turvo, Rio Trevo, Ribeirão Fudoso e Rio Anicunzinho, além de mais de 10 córregos e as nascentes. Há o divisor das bacias fluviais do Amazonas e do Prata. Já os acidentes geográficos mais conhecidos são Morro do Chapéu, Monte Castelo, Monte do Cachorro, Serra Pelada, Serra da Canjica, Serra do Felipe, Gruta do Jenipapo, Cachoeira dos Dois Monjolos ou Rio dos Bois, Cachoeira do Tombador, Cachoeira de São José.

O município de Anicuns mostrou seu potencial na riqueza de minérios: manganês, talco, calcário, ouro, chumbo. Em 1752, seu povoamento deu-se pela causa principal da mineração de ouro que era abundante para a extração. Houve o declínio da exploração aurífera, no início da década de 1960, mas os habitantes continuaram na localidade para se dedicarem ao cultivo da terra com a agricultura e a pecuária.

Na esfera política, a movimentação era grande, pois a vida da mineração dependia de aspectos políticos. A história aponta que o prefeito eleito José Benedito Peixoto que, em 1913, renunciou seu mandato após dois anos de mandato. Assumiu o cargo o vice-intendente de Anicuns, João Cardoso Bueno, que se casou com a irmã da mãe de Laudelino Baptista Xavier. Outro fato se deu entre 1931 e 1938: Anicuns

denominou-se Novo Horizonte, contando com dois distritos[9] (PALACIN; MORAES, 2008).

Entre 1920 a 1960, a cidade recebeu muitos migrantes da Bahia e de Minas Gerais, ocasionando as bases das tradições da cozinha, da religião e do folclore. A religiosidade estava enviesada ao descobrimento aurífero que atraiu homens e mulheres, que se fixaram naquela organização social e política (MORAES, 2012). O povoamento destacou o transporte rudimentar pelo qual os tropeiros e os carros de bois, desde 1993, são símbolos da tradicional Festa de São Francisco de Assis, comemorada em outubro, havendo grandes desfiles.

Quanto ao desenvolvimento da região, em 1940, Laudelino Baptista Xavier iniciou a construção da Usina Hidrelétrica Vale do Rio dos Bois (outorga de concessão), havendo a autorização da encampação para Companhia Hidrelétrica, sendo a primeira estatal de Anicuns, pela Lei 21 de 1º de junho de 1948, além de suas regulações na Lei 197, de 6 de abril de 1957, e na Lei 146, de 26 de janeiro de 1955 (anexos 1, 2 e 3). O prefeito na época era Ary Ribeiro Valadão: “[...] tornou-se o primeiro filho da terra a ser reconduzido democraticamente pelas urnas para a chefia do Executivo municipal” (GALLI, 2015, p. 58).

Esse governo mobilizava a cidade para ser a quinta colocada no estado a ter energia elétrica. Houve festa com expectativa de ver o feito, pelo que as autoridades e o povo presenciaram a chave de iluminação pública, cujo júbilo durou apenas três minutos. Na escuridão, voltaram às suas casas sem saber o que aconteceu. No dia seguinte, ao checar o ocorrido, verificou-se que foram vítimas de ataques: adversários políticos quebraram as espátulas da turbina com lascas de aroeira. O desgaste rendeu o desconforto para a cidade que esperou pela energia elétrica de forma definitiva por três anos (GALLI, 2015).

Naquele cenário de movimentação política e exploração aurífera, em 1948, Anicuns esteve sob a tutela de Goiás e Palmeiras de Goiás. Nesse ano, Nazário se emancipou, desmembrando-se de Anicuns. Em 1962, foi a vez da emancipação de Turvânia. Em 1966, emancipou-se Avelinópolis; em 1982 Americano do Brasil. Atualmente, Anicuns conta com os distritos Choupana e Capelinha e três povoados - Boa Vista, Poncionário e Capelinha dos Gomes. Esses acontecimentos elucidam as

---

[9] Quanto à questão de distrito, os dados de Palacin e Moraes (2008) apresentam-se com essa categorização que se difere das informações de Xavier (2008), ao destacar apenas um distrito, até 1938.

mudanças ocorridas, desde o seu povoamento, o que implica a história política, social, econômica e religiosa, sendo essa exemplificada na Lenda do Boi de Ouro (Quadro 1).

Quadro 1 - Fundações de Goiás, Cidade de Goiás[10] e Anicuns

	Goiás	Cidade de Goiás	Anicuns
Primeiras movimentações	O estado de Goiás, apesar de ter sido percorrido, desde a colonização, as movimentações consideradas aqui como transformadoras tiveram início por volta de 1700, no Rio Vermelho (PALACIN; MORAES, 2008).	Início de 1700, nas margens do Rio Vermelho (PALACIN; MORAES, 2008).	Em 1749, Anhanguera assentou um ponto de apoio para a passagem até a Cidade de Goiás (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007).
Povoamento	Em 1725, ainda nominado Goyazes, depois, Goyaz, por se referir aos indígenas Goiá encontrados no local. Com a descoberta do ouro, surgiu o povoamento nas cercanias do Arraial de Sant'Anna (PALACIN; MORAES, 2008).	Em 1725, com o nome Arraial de Sant'Anna (PALACIN; MORAES, 2008).	Em 1752, registrou-se a instalação local (XAVIER, 2008).
Distrito	Na década de 1930, iniciava-se o Arraial de Sant'Anna, que equivaleria a um distrito, por não ter ainda, nesse período, sua administração própria, sendo São Paulo a capitania administrativa (PALACIN; MORAES, 2008).	De Arraial de Sant'Anna passou a chamar Vila Boa. Em 1749, com a chegada do Conde dos Arcos, governador e capitão-general, Vila Boa foi denominada por Capitania de Goiás (PALACIN; MORAES, 2008).	Criado pela Resolução Provincial n. 2, de 7 de junho de 1841 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007).

[10] Nesse quadro, não serão expostos os dados de Goiânia, por ser munícipio criado bem depois desses, sendo a primeira capital do estado a Cidade de Goiás. A transferência se deu em 1937, oficializada em 1942. Portanto, Goiânia não está nos enfoques da época da mineração trazida neste estudo.

Fundação/elevação para município, província ou estado	Em 1822, após a Independência, Goiás tornou-se província, chamada Capitania de Goiás. Em 1889, passou a ser estado (PALACIN; MORAES, 2008).	Foi elevada a município Cidade de Goiás (PALACIN; MORAES, 2008).	A Lei Estadual n. 388, de 7 de junho de 1911 denominou o município de Anicuns (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007).
Atividade econômica principal	A principal e quase totalitária atividade econômica era a exploração dos metais, até o período final do século XVIII (SILVA, 2001).	Extração mineral, essencialmente ouro (PALACIN; MORAES, 2008).	Exploração de minérios, principalmente ouro (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007).

Fonte: Autora (2020).

Em Goiás, desse modo, a movimentação econômica começou com a extração de minérios, principalmente ouro. A antiga capital tem em seus registros certas semelhanças com regiões de Goiás, por ter sido o foco da atividade mineratória da época. A história goiana é tecida no movimento da mineração, bem como na política de transformações de povoamento a município e na religiosidade católica.

Desse mesmo modo, a história de Anicuns está atrelada ao ouro das minas, cuja escassez e falta de medida administrativa desse minério causaram a decadência exploratória. Entretanto, com a produção em alta “[...] do ouro, os habitantes de Goiás viam passar com frequência os tropeiros e mascates com suas mercadorias, trazendo notícias do que acontecia nas capitanias, no Brasil e até na Europa” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 70-1).

Parecia imprevisível que ocorresse a queda da mineração que deixou Goiás isolado por muito tempo. Os novos produtos básicos surgiriam nas medidas administrativas que resolveram os problemas nas áreas econômica, social e cultural, que vão além de uma simples constatação, já que os produtos deveriam ter a aceitação do mercado europeu, fato que se deu com o ouro, o açúcar e o algodão.

Depois dos novos rumos para esse *lócus* do Brasil, regiões desconhecidas foram povoadas, e as antigas como Anicuns cresceram nos aspectos sociais e econômicos. Entretanto, com os veios auríferos escasseados, Anicuns e Goiás,

apesar de terem aparente prosperidade, foram rotas de aventureiros que abandonaram as minas, após explorarem o ouro:

> Essa evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sócio-cultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o comércio; os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem (PALACIN; MORAES, 2008, p. 73).

A situação requeria o período de transição para a economia que substituísse a mineradora com prioridade para a comercial. Surgia a economia agrária de subsistência para a produção de gêneros essenciais para o povo, como sal, ferramentas e outros. As vilas abandonadas, vistas como carcaças, precisavam revigorar-se.

A decadência era documentada, tanto que, em 1823, Cunha Matos deixou seus escritos sobre a situação do povo nos arraiais. A falta de recursos básicos para a sobrevivência era enorme. A miséria e a fome geravam mais propensão das doenças. Entretanto, a observação era de que os lugares mais prósperos pela fase mineratória se tornaram em marasmo. Todo o cenário ocorreu, porque o produto básico não rendeu para outras fases (PALACIN; MORAES, 2008).

A visão do período pobre de Goiás pode ser repercutida no estudo do município de Anicuns nos séculos XX e XIX, pois a fase aurífera, além de transitória, não deu base de recursos para a população continuar gerando riquezas para a economia. A transformação econômica precisava ultrapassar a transformação sociocultural. A pobreza reduziu a todos a costumes comuns, considerados selvagens, já que os brancos eram vistos nas mesmas condições dos demais: “[...] habitavam choupanas, não usavam o sal, não vestiam roupas, não circulava moeda” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 74).

Essa situação provocava desconfiança de viajantes, que custavam a acreditar que já houvera um período de abastança *in loco*, com outras características. A falta de tudo dificultava muito romper com aquela condição. Comprar a crédito era a base da circulação de mercadorias, pois a moeda sumiu do comércio. Se havia algum serviço para jornaleiros e negros, os pagamentos se davam com gêneros impossíveis de serem desfeitos ou negociados. Desse modo, o trabalho que restava não produzia

melhoras na economia e a miséria fazia parte da vida da quase totalidade da população.

A memória da história aurífera goiana repercutiu na parte política, cuja decadência generalizada de cada povoamento explicava a necessidade de outra vertente para a geração e o aproveitamento das riquezas na natureza. Terrenos, campinas, matas e montanhas seriam a base de produção de grãos, leite e criação de gado. Aguardava-se um futuro mais promissor do que aquele caracterizado pelo ouro, que nada reluzia em melhoramentos de vida para a população.

Nesse aspecto, pode se dizer que a tragédia que deu origem a Lenda do Boi de Ouro lembra as circunstâncias que permitiram essas mudanças, pois rompeu-se um período em prol de outro. As áreas que se concentraram o trabalho da mineração eram esquecidas, para a implantação de outros autores da geração da riqueza. Aos poucos, reproduzia-se a diversidade de produção econômica.

Contudo, pelos estudos de Tavares (2007, p. 91), havia a infertilidade e a dificuldade do cultivo do solo, em algumas regiões goianas. Adentrando até matas virgens, a prática de preparação da terra usava os métodos de roçar, queimar e deixar descansar a terra, sendo resultados rudimentares do trabalho agrícola, acarretando a adaptação dos contingentes de “[...] população a esse território, por certo, teve como principal obstáculo o próprio sistema de trabalho em que se fundava, que não facilitava a troca de conhecimentos e adaptações práticas às condições próprias da região”.

A forma e a técnica do trabalho repercutiram no desenvolvimento econômico, com os produtos disseminados no mercado regional e brasileiro. Também se dava atenção ao conhecimento sobre a vegetação nativa, embora não seja tratada com relevância por muitos autores. Além da exploração dos recursos naturais com a extração de madeiras, essa experiência exploratória possibilitou a apropriação dos conhecimentos tradicionais dos indígenas, cujas relações foram trazidas para o aspecto social e cultural de Goiás e seus distritos:

> Tudo indica que, nestes anos 80 do século XVIII, um saber prático agrícola e sobre a flora e fauna, com as dificuldades já assinaladas, tinha-se constituído na região. De certo modo, esse saber deve ter garantido a sobrevivência das populações em situações extremas, como períodos de secas prolongadas e incêndios que se propagavam por meses, derivados das queimadas para a agricultura (TAVARES, 2007, p. 92).

A consideração aqui é que o período aurífero consolidou a exploração da terra. Com o tempo, a adaptação econômica foi obrigatória, mostrando que a riqueza não se consolidou para o desenvolvimento de nenhuma região de minas. No caso de Anicuns, não é diferente, a diminuição ou a extinção do trabalho para a produção aurífera deu-se por motivo comum de esgotamento do recurso mineral. Além disso, em Anicuns, houve o acidente da explosão da mina, fato que delineou outra história para a cidade. As mudanças econômicas designaram os marcos legais que elevaram a outras condições políticas. Desde o seu povoamento, em 1752, até 1938 (Quadro 2), tem-se a datação em que Anicuns novamente foi assim denominada, além das muitas organizações que ocorreram.

Quadro 2 - Anicuns e suas condições legais

1752	Início do povoado anicuense.
1808	O local passou a ser arraial.
1841	Resolução Provincial n. 2, de 7 de junho, estabeleceu a sua categoria de distrito.
1911	Lei Estadual n. 388, de 7 de junho, possibilitou que o distrito fosse elevado a município, pois ocorreu o seu desmembramento do município Alemão, atual Palmeiras de Goiás.
1931	Anicuns teve seu nome mudado para Novo Horizonte.
1938	Decreto-Lei Estadual n. 557 de 30 de março, novamente denominou o município por Anicuns, para diferenciar da cidade Novo Horizonte, em São Paulo.

Fonte: Xavier (2008, p. 21-2, adaptado).

O quadro 2 apresenta as seis datações que elegeram Anicuns a sua condição atual. Além dessas, cinco fatos legais elucidam as incorporações dos chamados distritos. Conforme estudos de Xavier (2008, p. 22), observa-se que,

> Pelo Decreto-Lei Municipal nº 103, de 30-03-1933, é criado o distrito de Nazário. [...]
> Pela Lei Estadual nº 763, de 02.09.1953, desmembra o distrito de Nazário que foi elevado à categoria de município de Anicuns.
> Pela Lei Municipal nº 223, de 27.12.1958, foi criado o distrito de Americano do Brasil pertencente ao município de Anicuns.
> Pela Lei Municipal nº 224, de 27.12.1958, foi criado o distrito de Avelinópolis, também incorporado a Anicuns.

> Pela Lei Municipal nº 279, 04.12.1963, é criado o distrito de Capelinha, incorporado também a Anicuns.
> Pela Lei estadual nº 4921, de 14.11.1963, o distrito de Avelinópolis é elevado à categoria de município.
> Pela Lei estadual nº 7446, de 30.11.1971, é criado o distrito de Choupana, incorporado a Anicuns.
> Pela Lei estadual nº 8844, de 10.06.1980, o distrito de Americano é elevado à categoria de município.
> Em divisão territorial, datada de 02.07.1983, o município de Anicuns é constituído dos distritos de Capelinha e Choupana.

As incorporações dos distritos e os desmembramentos se deram por questões políticas e econômicas. Anicuns é uma cidade pouco desenvolvida, se comparada a outras, bem como metrópoles mais novas como Goiânia, apesar de ter sido lembrada na história dos primeiros movimentos da mineração regional. Mas esses aspectos não estão discutidos neste estudo, senão a perspectiva de surgimento da lenda.

Contudo, as exemplificações de imagens formam o conjunto do potencial turístico de Anicuns. O seguimento econômico do turismo viabiliza o desempenho atrativo desse *lócus*. Entre seus destaques, estão as reservas aquíferas. É um município rico em águas, além do Rio dos Bois e o Córrego Boa Esperança, conta ainda com o Rio Turvo, o Rio Anicunsinho e uma considerável quantidade de córregos e nascentes.

Figura 3 - Lago do Sol na entrada de Anicuns

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A figura 3 é do natural Lago do Sol, no Bairro Portal do Lago, localizado na entrada da cidade de Anicuns. Ele é o cartão postal do município de Anicuns, pelo que os moradores exibem seu orgulho da beleza exuberante dessas águas, sendo ponto de encontro e lazer dos visitantes nos finais de semana. Em suas margens, todos os anos são realizadas as festividades carnavalescas dos habitantes.

O Lago do Sol deságua na Cachoeira do Tombador, localizada em Anicuns, sendo esse município cercado por águas como as da Cachoeirinha de São José e as do Rio dos Bois. A Cachoeira do Tombador (Figura 4) é um dos pontos turísticos com mais belezas naturais das quedas-d'água. A origem do nome não se sabe ao certo, mas é sugestivo de ser por causa do forte movimento das águas que dificulta a decida sem tombos dos canoeiros.

Figura 4 - Cachoeira do Tombador

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A imagem mostra a beleza do leito do Rio dos Bois, que continua seu percurso, com imensa movimentação, e encanta todos que estão ao seu redor. Essas Águas, que vão escoando sobre as rochas e formando a imensa cachoeira, conhecida por todos na cidade como Cachoeira do Tombador, mostram o conjunto da hidrografia do território, cuja beleza os visitantes reconhecem e contemplam.

As águas continuam fazendo esse percurso até desaguar na Cachoeira de São José, onde é realizada a festa da canoagem todo ano, no início do mês de outubro,

devido os festejos em comemoração ao padroeiro da cidade - São Francisco de Assis. Nessa visão paisagística, também a Cachoeira de São José (Figura 5) é local de turismo e competição esportista. Em outubro, realiza-se a festa da canoagem com caiaques, devido à grande quantidade de correntezas apropriadas para a realização de evento esportivo e passeio pela natureza.

Figura 5 - Cachoeira de São José

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

A imagem explicita o quanto é linda a paisagem, esboçando tranquilidade do contato com a natureza. Seus frequentadores buscam emoções nos eventos, ar puro e fuga do movimento da cidade grande. Além dessas águas, a região sugere ser *lócus* de lenções freáticos. Esses são protegidos pelo Estado brasileiro, a partir da Lei das Águas, com o Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934.

Percebe-se a abundância de águas, pelo que, na época da explosão da mina que gerou o Poço do Boi de Ouro, não se observou o risco da depredação, nem houve investigação do poder público sobre o perigo da exploração dos arredores. A preservação do recurso hídrico representado pelo lençol freático e pelas águas superficiais tem a notoriedade extraordinária de sua função que serve para alimentar as fontes e outros cursos d’água. O lençol freático é um reservatório subterrâneo, cujo recurso é de suma importância para o abastecimento da população por meio de poços artesianos.

No caso de Anicuns, o lençol freático da região garimpeira da lenda foi impactado pela escavação, sendo considerada um dos fatores que resultou no acidente e na morte de muitos indivíduos. A fase aurífera de Anicuns está intimamente entrelaçada com a origem da criação da Lenda do Boi de Ouro, revelando a mítica do evento originário, hoje, local desabitado e não frequentado pelos moradores.

Figura 6 - Vista parcial do Poço do Boi de Ouro

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Na figura 6, esse ponto é privado e não aberto ao público livremente. Ainda não havia sido estudado, pois nenhum trabalho científico sobre o tema foi encontrado em pesquisas rápidas pela *Internet*, à época do trabalho de campo. O Poço do Boi de Ouro é cercado com pequenos arbustos (Figura 7).

Figura 7 - Poço do Boi de Ouro e a vista de sua amplitude

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

O lago não é visitado, nem visto como ponto turístico, pois fica fechado para o público. Não se sabe o motivo claro de as autoridades e/ou os proprietários da fazenda não mostrarem interesse em abrir o local para visitação. O espaço sofreu transformações, após o abatimento da mina, de modo que reproduz as transformações vividas pela sociedade de Anicuns. É local que influenciou as estruturas econômica, social, política e religiosa, pelo que, conforme Santos (1979, p. 42), “[...] é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente”.

Esse espaço é mosaico de elementos do imaginário, com sutilezas da evolução da sociedade, vistas as situações do passado que configuraram a atualidade. Fato do passado se entrelaça com a crença mítica do presente, de modo que não se separam. São exploradas a lenda e as imagens nesta pesquisa, cuja principal abordagem é trazer os discursos da lenda, com seu misticismo que parece intransigente a qualquer outra realidade. Nessa visão, métodos e procedimentos consideram o registro da mística, cuja percepção traz também os sentidos da religiosidade no evento considerado sobrenatural.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA LENDA

Neste capítulo, registram-se a história oral, aqui, considerada nas versões da lenda, na memória do povo, e os sentidos do acontecimento com aparência puramente sobrenatural. Apresentam-se os materiais e os métodos usados durante o estudo de caso. Trata-se da história da Lenda do Boi de Ouro que repercute no território anicuense, composto por paisagens naturalísticas, tendo uma parte destruída pela ação do homem em busca de minério.

No enfoque das margens do Poco da Sociedade, a natureza se transformou, em que água e vegetação se recobriram o *lócus* dos cascalhos e dos túneis das galerias escavadas na mina. Do ouro que estava acumulado ali, restaram as marcas da explosão e do abandono, registradas pela pesquisadora, acompanhada pelo orientador e sua equipe (Figura 8).

Figura 8 - Equipe e sua investigação no local do Poço

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Para a investigação, a equipe saiu de Goiânia em direção a Anicuns, que fica a 78 km de distância da Capital, por volta das 7 horas, do dia 24 de agosto de 2019. Esse local está às margens do Poço do Boi de Ouro, onde se deu o colhimento dos dados desta pesquisa. Era o lugar do movimento econômico com a exploração do aurífico, depois, figurando ponto do misticismo religioso da lenda. Cada versão lendária “[...] se trata de uma percepção verdadeira do real, emitida pelo depoente,

que assim compreende e se apropria do mundo ao seu redor. Ao tornar pública sua percepção, está, de alguma forma, contribuindo para a elucidação parcial de alguma situação” (MATOS; SENNA, 2011, p. 98).

Nesse enfoque investigativo para o desenvolvimento da dissertação, foram realizadas etapas na pesquisa de campo que visa “[...] estabelecer uma relação eficaz entre educação e cultura, remetendo a apropriação, ressignificação e a criação de novos patrimônios culturais” (SCHMITT; MARONEZE, 2015, p. 194). As constatações, a partir dos dados, inserem as formas e versões da lenda em significados, sendo essas expressões tornadas em ferramenta cultural na comunidade. Essa exterioriza a identidade social em que convive o emaranhado cultural (SILVA; SILVA, 2015). Desse modo, além do mito, as versões da lenda elucidam a histórica fase da mineração.

Com a abertura para a pesquisa de campo em 2019, a primeira visita no dia 3 de agosto visou conhecer o Poço da Sociedade. Fez-se uma prévia do que seria abordado no local. Na segunda visita em 24 de agosto, juntamente com o orientador, a arqueóloga Joanne Ester Ribeiro-Freitas, a acadêmica em Arqueologia Mariana Garcia de Sousa e outros, foi realizada a descrição da área, com ênfase nas evidências da cava e das galerias da mineração. Na terceira visitação, em setembro, fez-se a complementação dos estudos.

Nesse registro, o material utilizado para fomentar os dados e as imagens apresentadas foi variado: GPS, máquina fotográfica, imagens de satélite na escala 1:10.000 obtidas gratuitamente no *Google*. A história dos acontecimentos da época da mineração se nota nas medições dos pontos. Dentre as descrições, a principal é o Poço da Sociedade, tendo 30 metros de largura e cerca de 60 m de profundidade.

A pesquisa de campo checou as informações obtidas nas referências, a fim de trazer as elucidações, em especial, dos pontos medidos pela equipe em 24 de agosto de 2019. O orientador deste estudo coordenou a equipe, desde a preparação para a saída de Goiânia até a medição *in loco*, repercutindo nos procedimentos de observação do material colhido.

Além de fotograficas, houve os registros dos pontos observáveis por satélite, estudados com mais detalhes no último capítulo. Dentre esses, destaca-se que, supostamente, o ouro em forma de boi ainda permanece no local no Poço da Sociedade, em Anicuns que se encontra na saída para o município de Americano do Brasil, Goiás. Entretanto, o fato traz especulação de que foi extraído e levado por aqueles que tinham grande interesse em apoderar-se dela. Independemente do que

realmente aconteceu, a destruição gerou a tragédia que ceifou a vida de trabalhadores que ficaram no esquecimento. Além disso, fundamentou a Lenda do Boi de Ouro que se atualiza nos movimentos culturais da cidade, no que se inscreve a história oral coletiva do discurso lendário.

3.1 MEMÓRIA E SENTIDO LENDÁRIO SIMBOLIZADO NA HISTÓRIA ORAL

Ao observar a história sobre o território anicuense demarcado com a lenda, o questionamento da historiografia se junta ao mito. A partir da ideia de que a cultura é uma prática de liturgia que inscreve recordação do patrimônio cultural, a abordagem

> [...] se dá pelas memórias, na medida em que a ressignificação das lembranças se presta para aproximar o indivíduo do patrimônio cultural. Nessa perspectiva, a identidade também se constitui um elo importante, pois ela aproxima os semelhantes pelo viés do espaço, enquanto que a memória pelo tempo. Assim, os bens e as manifestações culturais são valorizadas ao exercerem um papel significativo na vida dos cidadãos, sendo consideradas patrimônio cultural (MORAES; MARONEZE, 2015, p. 213).

Aproximam-se a identidade do povo e a sua memória. Os referenciais teóricos e os dados da pesquisa de campo fundamentam as constatações de perceber a Lenda do Boi de Ouro, a fauna e a flora, com seu ecossistema tão variável, dentro do papel significativo da cultura. Também a economia da época do ouro, no município de Anicuns, repercutiu na memória, cuja capacidade é

> [...] de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não (MATOS; SENNA, 2011, p. 96).

A construção do fato lendário traduz os explorados que foram sucumbidos pela ambição dos exploradores, que abarcavam os políticos e os comerciantes da região. Nessa perspectiva, percebe-se a história oral coletiva que inscreve o mito. A lenda amplia o trabalho científico, embora “[...] venha a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um

dos grandes progressos da produção histórica contemporânea” (LE GOFF, 1990, p. 40).

A história oral origina-se do modo de perceber a vida ou os fatos, que pode ser utilizada, institucionalizada, registrada e divulgada por seu caráter sistemático. Há a história oral temática e a de vida, sendo aquela a abordada aqui. Sugere a modificação do fato para a sua significação. Cada abordagem se faz em alguma contação de parte da memória. Tem o positivo tratado no registro da lenda em diferentes narrações, cujo enfoque apresenta caminhos discursivos que ora se assemelham ora se divergem, o que para Thompson (1992, p. 17):

> [...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Esse autor argumenta que todas as fontes se ligam à alguma subjetividade escrita, oral ou visual. Contudo, podem ser insuficientes e passíveis de manipulação, sendo que a oral está sujeita à metodologia pela qual se “[...] pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história” (THOMPSON, 1992, p. 137).

O que se narra é capaz de transformar objetos, sujeitos e o modo de ver os acontecimentos divididos em duas categorias: os vividos pessoalmente e os por tabela. Nos estudos de Pires e Schimidt (2015, p. 86), esses últimos se vinculam à coletividade na qual o sujeito pertence, já as personagens, “[...] por sua vez, são as pessoas envolvidas nos fatos rememorados, ao passo que os lugares versam sobre lembranças que vão desde locais visitados durante a infância de determinado sujeito até estátuas e monumentos aos mortos”.

Na categoria por tabela, tem-se a lenda vivida pela coletividade anicuense. O personagem padroeiro está rememorado na mente do povo, em que o fato parece ter sido presenciado por todos, ao visitar a memória coletiva. Nesse processo, entende-se aqui que a transformação dos objetos está nos detalhes, não em modificá-los completamente. Desse modo, os documentos e as obras já existentes se relacionam, pelo que a oralidade retrata a memória inscrita nos registros ou nas publicações escritas, sem deixar sua maleabilidade, pois

> [...] o estudo da tradição num meio oral mostra que os especialistas dessa tradição podem inovar enquanto que a escritura pode, pelo contrário, apresentar um caráter "mágico" que a torna mais ou menos intocável. Não devemos pois opor uma história oral, que seria a da fidelidade e do imobilismo, a uma história escrita que seria a da maleabilidade e do perfectível (LE GOFF, 1990, p. 43).

A tradição é memorar esse caráter mágico da história oral vivida pela coletividade, inscrita na lenda repassada a gerações, portanto, contada pela população anicuense. Percebe-se a tradição com a ideologia do padrão cultural, explicitando o contexto histórico-social. A história compõe as formas das narrativas que permitem a variedade identitária da lenda. Nesse quesito, Le Goff (1990, p. 43) salienta

> Sobre o par oral/escrito, fundamental para a história, gostaria de fazer duas observações. É claro que a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história, se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história.

Tem-se a história ou fonte oral “[...] que se beneficia de novos métodos das ciências humanas (história, etnologia, sociologia) que tem a vantagem de ser "uma ciência em campo', que utiliza todas as espécies de documentos e nomeadamente o documento oral” (LE GOFF, 1990, p. 45). Pensando assim, a memória traz o ato de relembrar o que foi visto e vivido em uma época. Porém compreende-se que ela é influenciada pela história, pela cultura e por percepções que variam com o tempo, como se verá no item a seguir.

3.2 MEMÓRIA COMO FONTE CULTURAL DA LENDA

A memória viva traz as lembranças do passado para o presente, sendo evidenciada pelas narrativas de acontecimentos, objetos, paisagens e impressões do que se vivenciou ou ouviu falar. É a experiência humanizante que proporciona o patrimônio cultural, cuja história traz indícios de momentos iguais e/ou semelhantes de tempos passados, embora a memória seja

> [...] um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não

> se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos (NORA, 1993, p. 9).

A técnica de pesquisa da memória viva é instrumento utilizado para desenvolver o estudo que reconstrói a subjetividade da compreensão da história. Essa tem cunho patrimonial que repercute no mito. Em cada narrativa, é possível salientar a transformação discursiva do evento e *lócus*, visto que a memória visa conservar informações e remeter o sujeito para as funções psíquicas, em que atualiza "[...] impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia" (LE GOFF, 1990, p. 424).

A memória individual trata de aproximar as percepções e interpretações do determinado fato, isto é, da Lenda do Boi de Ouro. Pensa-se na certa relação que se tem com a memória coletiva sobre os marcos da lenda. Essa memória forma as suas manifestações, reconhecidas como patrimônio cultural. Esse é o suporte daquela pelo que traz novos sentidos da lembrança.

Adentram-se as temporalidades que não deixam morrer a memória viva do povo de Anicuns. A trajetória de vida da população revela o modo de ver o processo histórico regional ou brasileiro. No caso da lenda, a realidade é o fatídico do mito. A vivência empírica mostra a situação apreendida sob o olhar das influências que constituem a memória, pois "[...] a identidade também é um produto social, a qual exerce influências nos patrimônios culturais, no sentido de definir características e posicionamentos que distinguem um grupo do outro, sobretudo pelos lugares ocupados" (MORAES; MARONEZE, 2015, p. 206).

Desse modo, a memória faz parte do que se tem como patrimônio, pois ela relembra informações da cultura e da identidade do povo. Portanto, a memória se constitui de várias formas, incluindo outras memórias de sujeitos diferentes, com suas percepções. Surgem as influências do discurso do acontecimento, que se apresentam nos níveis individual e coletivo, em que as narrativas formam os suportes de contar a história:

> [...] a memória coletiva apresenta-se como um fator precípuo na manutenção das identidades culturais. De um lado, os acontecimentos vividos a nível individual e de outro os acontecimentos vividos pelos grupos sociais ao qual

> o sujeito faz parte. Ambos constroem e legitimam uma identidade cultural complexa. Não sem tensões, esta identidade é evocada pelos lugares de memória, externados nas lembranças trazidas a tona pelos sujeitos. Lembranças estas que, ao ligar-se a uma forma própria de delineação narrativa e cronológica, ligam-se também a uma cultura, um espaço e uma temporalidade específica (SILVA; SILVA, 2015, p. 172).

Cabe pensar então que paisagens, símbolos, objetos e fatos são característicos da região ou do povo. Neste estudo, carregam os significados da Lenda do Boi de Ouro, pois o conjunto "[...] de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos somente passa a constituir o patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido como tal pelo sujeito que o incorpora à sua experiência" (PACHECO, 2010, p. 145). Desse modo, a memória interage com a história e com as identidades, cujos sentidos são material, simbólico e funcional. Contudo,

> Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal é serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-2).

Incutem-se os lugares mistos nos quais se constituem a memória anicuense sobre a lenda em análise. O registro que elucida esse patrimônio cultural é ressignificado, pois assume o papel de mostrar aspectos da memória que dialogam com as esferas lendárias da época da mineração. Portanto, a memória não se permite ser estanque ou imutável, porque trata das manifestações culturais revividas, mas em constantes movimentações e ressignificados cabidos em cada interpretação.

Na lenda, percebe-se a reconstituição do que foi simbolicamente vivido (HALBWACHS, 2004). Nessa perspectiva, tem-se o patrimônio da lenda, além de fornecer informações mais com semelhanças do que divergências entre narrativas. Essas são percepções do mundo e das vivências, cujas sensações são variáveis em cada memória, já que "[...] o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 25).

A memória tem em si a base da oralidade, não sendo, portanto, precisa por se ajustar aos sentimentos e modos imaginários do indivíduo ou da coletividade. Mesmo

assim, essa fonte serve para a documentação histórica, podendo ser confrontada e analisada sob a ótica da complementação de estudos e outros.

Burke (2000) trata da memória como a reconstrução do passado, cuja atividade de escrevê-la não é ingênua. Os acontecimentos se mostram relevantes, sendo incorporados para ser construtores de culturas. Por meio dela, faz-se a sistematização das lembranças, como referenciais de estudos, isto é, são fontes a partir da oralidade, como asseguram Matos e Senna (2001, p. 97):

> O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado.

A prática da história oral está na lenda repassada por gerações. Tendo essa percepção em vista, o procedimento metodológico revela a memória coletiva da lenda. Esse registro carrega a dialética da lembrança, bem como pode ter a do esquecimento. De qualquer forma, a história representa a memória em evolução, sendo que ela tem sua reconstrução problematizada e incompleta, a partir do que não existe mais. Já a memória é fenômeno atual, “[...] um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado, operação intelectual que sempre busca a análise e o discurso crítico. É justamente esse lado crítico que destrói a memória espontânea” (NORA,1993, p. 14).

A história do ouro apresentou-se como causa da movimentação epocal da mineração anicuense que gerou a base da economia. Aduziu o evento marcante da explosão da mina aglutinada ao mito. A grande pedra de ouro encravada em uma rocha no subsolo era a causa da ambição que, por sua vez, foi a circunstância da tragédia.

A crença religiosa do povo empunhou a bandeira do Senhor do Bonfim com a de São Francisco de Assis, padroeiro da cidade, para emparelhar a cultura com o mito. Os foliões levavam a procissão que resultou no suposto castigo das divindades contra os garimpeiros que discussaram não ter necessidade de pedir lhes ajuda. Nada importava a eles, senão retirar o símbolo da riqueza das rochas subterrâneas. Entretanto, o sonho foi mergulhado em águas enfurecidas com a explosão, restando a lenda que se eterniza no tempo e no espaço.

4 A LENDA DO BOI DE OURO EM ANICUNS

Neste capítulo, conhecem-se as três versões da Lenda do Boi de Ouro. Sua origem, sob a simples ótica da explosão da mina por ação humana, em 1962, não é considerada ou enfatizada, mas sob a visão do mito. Desse modo, essa parte do texto traz discursos que enviesam o mito, apontando para a hipótese dos fundamentos simbólicos com a memória e a cultura.

Cada vertente narra o fato com os foliões mitológicos, sendo evento de cunho religioso. Os discursos que envolvem a lenda, cuja ação humana cede lugar a algo sobrenatural, são bastantes relevantes, pela repercussão mitológica. Anicuns faz parte do cenário brasileiro da época da mineração. A riqueza e sua simbologia mostram, de acordo com Amaral (2007), que a lenda se liga à idolatria pagã que prevalece até hoje na mente dos poderosos como se percebe na figura milenar do bezerro de ouro (Figura 9).

Figura 9 - Boi de metal como símbolo do ouro lendário

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

O monumento do boi mede cinco metros de altura, da base de apoio das patas ao dorso. A escultura foi modelada com material específico de tratamento empastelado, fibra de vidro e polímero de alta resistência (*fiberglass*), sólido de

polímero e carga mineral, ebanizada e revestida com a técnica pena d'oro, revestida de gofratto cristal, parecendo ouro craquelado. A base de alvenaria e concreto tem uma escadaria retangular de seis degraus nos 360º do boi.

A obra de arte monumental referente ao lendário boi de ouro, após a licitação n. 24 de 2013 (anexo 4), foi concluída em 2014, em razão de sua importância histórica e cultural para Anicuns, conhecida como terra do ouro gigante com a cabeça de boi. A estátua metalizada representa a materialização da mitologia e da crença que cercam a história e a formação do município, sendo justificada no documento licitatório que aponta uma das versões da lenda. Ao se deparar com a figura na entrada da cidade, logo, surgem curiosidades que podem ser, à priori, de que é local de relevante criação de gado, mas sua origem vem da mitologia, com a inferência da tragédia advinda da atividade mineratória.

Esse monumento que visibiliza a memória da lenda, de acordo com Tedesco (2013), em seu texto sobre objetos cerâmicos, pode ser visto como objeto de rituais religiosos. A partir dessa visão, infere-se que atividades do povo de um lugar geravam acontecimentos implicadores para diferentes áreas como social, política e religiosa. Desse modo, a paisagem da explosão repercutiu na lenda, cujo monumento do boi está a ela intrínseco, caracterizado como idolatria ou simplesmente crença e cultura típica da população anicuense.

4.1 FATO E LENDA

A idolatria pagã, retratada por autores como Amaral (2007), entre seus aspectos, traz a figura do boi de ouro, como aquela mostrada em textos bíblicos. A confecção desse deus metalizado foi concretizada na passagem do livro de Êxodo, capítulo 32. A imagem demonstrava rebelião contra o Deus de Israel, que feriu o povo por essa ação.

Aconteceu que, após Moisés ter sido usado pelo Deus de Israel para libertar o povo da escravidão do Egito, durante a trajetória até a terra prometida, o povo se rebelou contra sua fé monoteísta. Esse líder subiu ao monte Moriá para receber as Tábuas da Lei, estando lá por cerca de 40 dias. O agrupamento insistiu com Arão que Moisés havia morrido, que se sentia abandonado e queria fabricar um deus para adorar. Arão pediu os pendentes de ouro que todos possuíam e fundiu o tal bezerro. Moisés reapareceu e irou-se com o ocorrido, sendo algo abominável pela religião

monoteísta, pois resultava na quebra desastrosa da compreensão do Sagrado. Amaral (2007, p. 163, grifo do autor) aponta que

> O povo de Israel continuaria - embora protegido mais diretamente pelo céu, segundo a Bíblia - na sua peregrinação de povo errante, por caminhos do mundo. Como Israel faria a sua reabilitação perante o Universo? Fa-lo-ia com a proteção daquela criação *fetiche*, concretizada num momento de incompreensão e ansiedade, amargurando as penúrias do deserto. Dando-lhe o valor das coisas terrenas, base estrutural do povo. Indicando como, na expressão terrena, começa a segurança e por que lado é possível chegar a riqueza, por isso mesmo ao bem-estar e ao conforto. Áureo valo do mais precioso metal nobre – Bezerro de Ouro.

A condução do povo até seu destino dependia da sustentação de seu deus fabricado pelas próprias mãos. Na ideia de uns, era o novo deus, mas uma reprovação diante de seu soberano Criador, na mente de outros. A busca de contactar com algum suposto ser divinizado era incessante, o que dava o movimento da peregrinação. Com ou sem visão mística, cada povo mantinha a crença, geralmente fabricando qualquer figuração de um deus.

Nessa perspectiva, a Lenda do Boi de Ouro é mito criado pela mente humana, historiografado, a partir de termos que entusiasmaram a corrida do ouro em Anicuns. Os discursos sobre a lenda são variados, mas sem perderem a essência unificada do mito que enfoca o padroeiro da cidade. Nota-se esse apontamento no documento público da licitação pregão presencial n. 24/2013 (anexo 4):

> Diz a lenda que, no século XVIII, os portugueses, quando da exploração de ouro na cidade de Anicuns, abriram uma grande cratera, lá encontrando enorme pedra daquele metal na forma da cabeça de um boi, que não conseguiram retirar do local. Enquanto tentavam arrancá-la, no alto do buraco apareceram dois senhores idosos, um branco, empunhando as bandeira [sic.] do Senhor do Bonfim, e um negro, a de São Francisco de Assis, que pediram aos garimpeiros para subirem e adorarem o Senhor, pois somente assim conseguiriam tirar o Boi de Ouro que ali estava. Os garimpeiros, irritados com o pedido, responderam que com ajuda ou sem ajuda deste senhor, seriam ricos e poderosos e poderiam adquirir da coroa portuguesa léguas de terras. Nesse instante, houve um grande desmoronamento, soterrando todos os que estavam dentro do Poço do Boi de Ouro.

Há diferentes detalhes de narração do fato lendário, quando se comparam os discursos. Nesse do pregão licitatório, o fato da inundação ocorreu supostamente provocado de maneira sobrenatural. Abre o discurso com as ações dos portugueses que depredaram o ambiente. Depois, as figuras de dois santos e da dupla de homens apregoaram que algo romperia com a garimpagem.

Outra versão da lenda está na placa oficial da obra de arte monumental do lendário boi de ouro, registrando Juvenal Irene como artista plástico, Manoel Vicente era o prefeito e Milton José Moreira atuava como vice-prefeito, tendo Irone Felipe de Brito no cargo de secretário municipal de educação e cultura. A datação é de 4 de junho de 2014, sob a administração 2013-2016. Assim apresentou-se o texto da lenda:

> Quando o homem branco chegou à região de Boa Esperança, massacrando, escravizando e violentando a tribo dos Guanicuns, esses evocaram os espíritos e amaldiçoaram os invasores, afirmando que grande desgraça cairia sobre eles. A medida que escavaram o poço da mina de ouro, havia a necessidade de empregar mais pessoas e novas técnicas de drenagem. Um dia encontraram no fundo do poço uma grande rocha, com a cabeça e o formato de uma cabeça de boi, e inúmeras pessoas acorreram à beira do buraco. Os esforços para retirá-la foram em vão. A medida que moviam a pedra, essa afundava mais. A presença de curiosos era imensa. Um dia de intenso movimento, apareceram dois velhinhos empunhando a bandeira do Senhor do Bom Fim e a de São Francisco de Assis, padroeiro de Anicuns. Pediram aos proprietários e aos trabalhadores para que subissem e adorassem a Deus, que os ajudaria a retirar o Boi de Ouro que ali estava. Lá no fundo do poço eles responderam, com ou seu ajuda de Deus, nós iremos arrancar este boi de ouro de qualquer jeito e ficaremos tão ricos que iremos comprar léguas e léguas de terras. Acabaram de dizer estas palavras e houve um grande, estrondo, parecendo o mugido de um grande boi. Imediatamente a terra tremeu, o barranco desceu e o que sobrou foi inundado por uma grande avalanche de água, soterrando todos que estavam dentro do buraco e arrastando alguns curiosos que estavam às margens do barranco do Poço do Boi de Ouro. Porém o fato importante, é que após o sinistro, o local ficou para os habitantes como uma região assombrada, onde se ouviam gritos desesperados, pedindo a Deus perdão pelas suas blasfêmias.

A narração traz novamente os homens brancos que chegaram à região de Boa Esperança, em Goiás, e provocaram assolamento dos habitantes indígenas. Esses lançaram maldição que adviria por meio dos espíritos. Encontraram ouro na mina em Anicuns, escavando rochas subterrâneas para descobrir o minério gigante. Dois velhinhos, empunhando as bandeiras de Senhor do Bonfim e de São Francisco[11], conclamaram os mineradores para a adoração, a fim de obterem ajuda para retirarem o ouro, porém recusaram-se e mostraram descrença. Houve o estrondo repentino, com barulho semelhante a mugido de boi. Logo, os arredores foram inundados por águas, arrasando quem estava no ambiente da mineração. Depois disso, os habitantes anicuenses ouviam vozes desesperadas, pedindo perdão por não terem dado ouvidos à convocação dos mensageiros.

---

[11] Senhor do Bonfim é considerado por muitos fiéis católicos e de outras agremiações como uma figuração de Jesus. São Francisco de Assis é padroeiro de Anicuns, visto como defensor dos animais e da ecologia.

Outro discurso sobre a lenda comungado pelos habitantes anicuenses está na obra de Xavier (2008). Nessa, não aparecem as figuras de homens ou de velhinhos, nem do Senhor do Bonfim, mas apenas se fez menção a São Francisco. O evento místico do fatídico da inundação ou explosão não foi narrado, como se pode verificar no trecho:

> Tão grande era o entusiasmo com a extração naquela mina, que descobriram um grande filão de ouro maciço e calcularam o seu tamanho e forma. Acharam que esse filão iria daquelas escavações até uma igreja dedicada a São Francisco de Assis que existia na praça, hoje denominada Azeredo Coutinho, em direção da Rua Quintino Bocaiúva e próximo a uma cisterna pública que lá existia. A distância da mina à igreja era aproximadamente 200 metros. Então após algumas pesquisas no local, que o formato era da cabeça de um boi. O entusiasmo era tão grande que o chefe da mineração e membro da sociedade dissera que, mesmo que aquele veio de ouro fosse até à igreja São Francisco, ele a demoliria para tirar o ouro em seu formato de cabeça de boi. No dia seguinte quando voltaram ao trabalho, encontraram as escavações, já muito profundas, totalmente cobertas por água, deixando lá embaixo as ferramentas e pertences outros. O povo da época tomou como castigo pelo desrespeito a São Francisco. Muitos anos depois, essa igreja foi demolida e uma outra construída na Praça do Rosário (XAVIER, 2008, p. 28).

O padroeiro é frisado, bem como a igreja com o seu nome. A crença foi de que houve castigo dado aos trabalhadores por esse santo católico, pois esses pretendiam derribar o lugar de missa para tirar a pepita inteira do subterrâneo. Por ter sua imagem vista com seu voto de pobreza e humildade, além de defender a ecologia, São Francisco de Assis não aceitaria a ação que infringisse essas ideias, advindo a parte sentenciada.

Em Anicuns, há várias galerias escavadas pelos garimpeiros que extraíam o ouro. Uma delas já media 900 metros de extensão e foi parar embaixo da Igreja São Francisco de Assis. Ao encontrar ouro no local, detonou-se uma bomba. A Igreja tremeu, vidros quebraram e a imagem de Nossa Senhora caiu do altar e se quebrou. Devido a isso, a mineração não era bem-vista por alguns da cidade.

A história sobre a inundação das escavações é absorvida pelo mito, passado entre as gerações, sem apontar a ação humana que foi a provocadora do acidente. Nota-se a Lenda do Boi de Ouro surgida, especificamente, após a inundação da mina, cujos discursos sofrem pequenas variações, embora todos tratem o mito como principal fonte do ocorrido.

O ouro era a essencial potencialidade econômica, sendo encontrado em galerias subterrâneas. As rochas auríferas passavam a ser dinamitadas para a

retirada de pedaços da rocha contendo ouro em carrinhos sobre trilhos. Desse modo, as galerias se abriam e os rejeitos sem valor comercial eram desprezados pelo garimpo.

O uso de explosivos era prática comum na mineração, o que pode ter provocado o desabamento da mina. Os mineradores detectaram a rocha que tinha o formato da cabeça de um boi ainda a ser esculpida. Ficaram todos eufóricos e queriam subtrair a rocha do túnel o mais rápido possível. Usaram de todos os meios para a sua extração.

O minério em forma de um boi era o motivo das escavações mais profundas, pois uma parte da rocha foi encontrada pelos garimpeiros. A expectativa só aumentava, já que o comércio local dependia do movimento mineratório. Desse modo, a retirada do ouro era de interesse de muitos. Os armazéns dos comerciantes dependiam dos trabalhadores da mina, mas esses não tinham opção para adquirirem produtos alimentícios e outros, restando estar também submetidos à exploração dos donos dos comércios.

Com o uso de explosivos, o lençol freático superficial e as rochas fraturadas com planos preferenciais de fraqueza (a xistosidade) resultaram em um ambiente instável para a mineração. Pensando assim, a necessidade de aprofundar a exploração, como mencionado por Oliveira e Bittar (1971), tornou o meio ainda mais instável e a atividade sendo de alta periculosidade. O desabamento foi uma das consequências plausíveis, além de ser o gerador da lenda em estudo. Das narrativas, têm-se as semelhanças das versões da lenda, de modo que ressurgem as interpretações e os olhares proximais (Quadro 3).

Quadro 3 - Versões da Lenda do Boi de Ouro

	1ª versão consta no documento da licitação pregão presencial n. 24/2013 (anexo 4).	2ª versão está na placa oficial da obra de 2014 na entrada de Anicuns.	3ª versão narrada na obra de Xavier (2008).
Época da origem da cratera.	Século XVIII.	Quando o homem branco chegou à região de Boa Esperança.	-
Quem encontrou o boi de ouro?	Portugueses garimpeiros	O homem branco.	Garimpeiros.

Quais personagens apareceram?	Dois senhores idosos, um branco e um negro.	Dois velhinhos.	-
O que empunhavam os personagens?	O senhor branco empunhava a bandeira do Senhor do Bonfim e o senhor negro a bandeira de São Francisco de Assis.	Cada velhinho empunhava uma bandeira.	-
Qual foi o propósito da aparição?	Os senhores pediram aos garimpeiros que subissem e adorassem o Senhor para conseguirem retirar o boi de ouro.	Os velhinhos pediram aos proprietários e trabalhadores para subirem e adorarem a Deus que lhes ajudaria a retirar o ouro pretendido.	-
Qual foi a resposta dos garimpeiros?	Conseguiriam retirar o ouro de qualquer maneira.	Conseguiriam retirar o ouro de qualquer maneira.	Intentavam demolir a Igreja de São Francisco para escavar toda a região.
Qual foi a punição?	Um grande desmoronamento que soterrou todos os que estavam dentro do Poço do Boi de Ouro.	Um grande estrondo que pareceu o mugido de um grande boi, a terra tremeu, o barranco desceu e o que sobrou foi inundado por uma grande avalanche de água, soterrando todos que estavam dentro do buraco e arrastando alguns curiosos que estavam às margens do barranco do Poço do Boi de Ouro.	No dia seguinte quando voltaram ao trabalho, encontraram as escavações, já muito profundas, totalmente cobertas por água, deixando lá embaixo as ferramentas e pertences outros. O povo da época tomou como castigo pelo desrespeito a São Francisco.
Diferenças principais das versões.	a) Especifica a data do fato.	a) Não especifica a datação.	a) Não especifica data.

	b) Garimpeiros acreditavam que seus esforços seriam de sucesso. c) Apenas os senhores foram os responsáveis pela punição. d) Punição de morte para os garimpeiros. e) -	b) Garimpeiros viram que seus esforços eram vãos para retirar a pedra. c) A tribo dos Guanicuns evocou os espíritos e amaldiçoou os invasores. Também os velhinhos que apareceram como símbolos de divindades. d) Punição de morte para os garimpeiros e para os curiosos no local. e) região vista como assombrada, onde se ouviam gritos desesperados dos que foram punidos pelas suas blasfêmias.	b)Garimpeiros não são impelidos a nada. c) foi suposto que São Francisco puniu os ambiciosos, mas não lhes interpelou antes. d) Punição apenas de perda de ferramentas e outros pertences, pois ninguém se feriu ou morreu. e) -
Semelhanças das simbologias. do mito das versões.	a) Dois idosos empunhando a bandeira do Senhor do Bom Fim e a de São Francisco de Assis. b) Inundação por evento sobrenatural. c) Ficou suposto o ouro continua no local.	a) Dois velhinhos, um com a bandeira do Senhor do Bom Fim, outro com a de São Francisco de Assis. b) Inundação por evento sobrenatural. c) Ficou suposto que o ouro continua no local.	a) - b) Inundação por evento sobrenatural. c) Ficou suposto que o ouro continua no local.

Fonte: Autora (2020).

Em todas as versões estudadas, a inundação ocorreu com a visão do místico. A religiosidade unia o povo que se fixava no local para a busca do ouro, de modo que a base religiosa católica carregava “[...] aspectos que uniam todos os arrivistas,

contribuíram para que estes se irmanassem, organizando-se em sociedade, e seu enraizamento” (MORAES, 2012, p. 69).

Havia o sentimento religioso nos corações do povo, sendo laço permanente da irmandade. Desse modo, o discurso se unifica no evento que se deu por questão sobrenatural, prefigurando o mito que dá vida à lenda. Na época, existia uma grande quantidade de ouro que era escavado em profundidades não sabidas ao certo. Os trabalhos alcançaram o lençol freático, o que favoreceu o desabamento.

A minoria pertencente à elite desfrutava das riquezas, enquanto os que ofereciam a mão de obra ficavam com o trabalho pesado e viviam com salários baixíssimos, sem atenção a sua saúde, nem a riscos de acidentes. O ocorrido infere que, perto da superfície do terreno, o lençol freático poderia a qualquer momento instabilizar a estrutura da terra, já que as perfurações não paravam e iam mais fundo, sem demonstrarem preocupações ou procedimentos técnicos que pudessem evitar a tragédia.

Como a exploração foi realizada nos veios mineralizados profundos, o uso de explosivos era recorrente. A informação das técnicas utilizadas na exploração dava-se de maneira própria e usual na época. Após a explosão, retiravam os estilhaços para fora da mina para serem trabalhados com martelo, picareta, enxadão, enxada, marreta, pás, separando as pepitas que eram carregadas em um avião. Desse modo, extraiam o ouro da rocha, sendo que subiam as pedras no carrinho para quebrá-las no moinho. A figura 10 mostra um carrinho, objeto principal para realizarem esses trabalhos de retiradas das rochas.

Figura 10 - Carrinho utilizado no garimpo

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Esse carrinho foi o único que restou mais intacto da mineração, que está na superfície do local. Era um importante material do escoamento do material retirado das minas. O fato causado pela ação humana repercutiu nos resíduos históricos da mineração. Os carrinhos do garimpo subiam pelos trilhos puxados por cabos de aço movidos por um potente motor elétrico. Centenas de quilos de rochas iam para a trituração.

O desmonoramento provocado pela exploração dos donos da mina gerou a destruição, cujos detalhes da tragédia ganharam propositivas ou inferências que repercutem nas narrações da lenda. O olhar para o fato revela uma parte da história de indivíduos que buscavam o sustento de suas famílias, mas, repentinamente, foram soterrados com a explosão da mina.

A simbologia do Poço da Sociedade é parte da cultura cidade de Anicuns, sendo um *lócus* do modo como se dava a exploração no cenário político-social. Os donos das terras contratavam trabalhadores com a suposição de que a economia regional, e até a nacional, desenvolveria a vida da população, advindo riquezas para as partes e o erário. Entretanto, o que importava era a mineração, com as riquezas geradas dela.

Após o achado do ouro maciço em formato de boi, provocava-se a imaginação dos exploradores, cujo entusiasmo acreditava de que fosse muitíssimo grande. Queriam retirá-lo na integralidade, mesmo que demolissem obras construídas e fosse necessário transferir os moradores anicuenses para outro lugar. Infere-se dos estudos de Xavier (2008) que, desde os primeiros habitantes da região - comunidades indígenas Guanicuns e Caiapó -, a coerção para a exploração aurífera se deu de maneira extremamente dura para os trabalhadores.

A exploração do ouro em grande quantidade teve início no mandato do governador Francisco de Assis Mascarenhas, a partir de 1804 até 1809. Foi um sucesso para a economia, de modo que o governo organizou sua participação com o setor privado, com os sócios Francisco Antônio da Fonseca e Joaquim Silveira Mota. Esse ficou responsável por arrecadar um quinto do ouro extraído para a Coroa lusitana. Era uma empresa mista com os cargos de escrivão, tesoureiro e seis mestres de mineração.

Xavier (2008) afirma que, depois de 1811, em um acerto de contas, houve divergências entre os sócios da diretoria, a ponto do declínio da companhia, pelos constantes desfalques e descaminhos, além da inépcia de consentir a penetração do

túnel, no barranco ao nível do fundo do poço. A falta de solidez do terreno afetou o lençol freático, pelo que muitos trabalhadores ficaram soterrados.

Não ficou registrado se a empresa providenciou algum tipo de resgate para as vítimas, restando o registro da placa do monumento que elucida as vozes clamando por socorro, advinda do local. O aguaceiro tomou conta da mina, impossibilitando a perfuração que já constava com a profundidade de mais 60 metros. Na sociedade regional, o assunto se alastrava como lenda, tratando daquela realidade que mudou repentinamente algo do real para o sobrenatural.

A Lenda do Boi de Ouro faz parte da alegoria cultural do município anicuense, sendo a mais peculiar da tradição. O castigo do padroeiro foi a justificativa da inundação com as mortandades. Desapareceram as relações patronais com o novo discurso. A ideia priorizada é a do mito, em que houve blasfêmia, sendo o caso efeito de cunho religioso e sobrenatural.

No desmoronamento, pela falta de solidez no terreno, não se cogitam variáveis como lençol freático, rocha fraturada e uso de explosivos. Os discursos de desobediência aos santos alimentam a dimensão da crença e do símbolo cultural do ouro em formato de boi. Desse modo, a tragédia parece ser amenizada, já que contra poderes sobrenaturais não há como lutar. A inépcia dos mineradores proprietários saiu de cena para a movimentação imaginativa fundamentadora das narrativas lendárias.

A crendice popular é de que foi castigo, estando o ouro ainda soterrado no local. Supostamente, ninguém ousaria ultrapassar os limites divinos de não arrancar a pepita. Percebem-se a tradição e a ideologia relacionando-se no padrão cultural, explicitando a explicativa da mentalidade coletiva determinante para as atitudes individuais quanto ao contexto histórico-social. Afinal, o acidente está registrado como fato sobrenatural.

Os sujeitos aderem ao discurso mais receptivo para todos em que discorrem a história alimentada pela experiência com apreensão do sobrenatural. Daí são apreciados os olhares do processo histórico que compreende a organização política, econômica, religiosa e social de Anicuns. Observa-se o discurso imaginário com a memória viva do povo, cujo fato originário pode gerar descobertas interpretativas.

Das narrações sobre a lenda, a primeira referência está na licitação pregão presencial n. 24/2013. Ela traz que não houve mortes, nem teve relação com a explosão provocada na garimpagem desenfreada da época. Após supostos estudos,

o filão de ouro em formato de cabeça de boi, encontrado na mina, chegaria à Igreja de São Francisco de Assis. Como o líder da mineração almejou continuar as atividades, mesmo que tivesse que demolir qualquer construção, repentinamente, o local da descoberta foi inundado, sendo sinal de castigo do santo padroeiro.

Na mesma conjectura, as três maneiras de perceber a lenda elucidam a figura sobrenatural de santos católicos, sendo o enfoque atual diretamente relacionado com o boi metalizado em si. O fato religioso discursado sobre a exploração da mina é comum nas narrações da lenda. Nas versões, a busca incessante pelo ouro repercutiu na inundação que desolou o lugar.

O acontecimento lendário parece mais interessante com a colocação de que houve uma intervenção sobrenatural provocadora, em que as águas submergiram o local, sendo o místico o elemento essencial discursivo. A história é apresentada em uma perspectiva quase real, cujos detalhes registram personagens religiosos interferindo na vida humana. Em qualquer das formas ou dos discursos, a lenda é contada como parte da cultura dos moradores de Anicuns. Os detalhes da explosão ligada à irresponsabilidade de ações humanas cederam lugar ao mito de um boi que supostamente nunca foi retirado das profundezas das terras, agora, inundadas por águas.

A lenda foi criada para figurativizar a história da cidade, desde a sua entrada que mostra o boi simbolicamente de ouro. A figura do bezerro/boi de ouro é representativa da ambição dos poderosos que usam sábios e até a ciência para postergarem seus domínios. Desse modo, há uma parte da população que permanece sujeita à regulação que escraviza as mentes, que define modelos de crenças.

Nenhuma revolução mudou a comuna da exploração, como atesta Amaral (2007, p. 169), nem mesmo a Revolução Francesa em 1789 conseguiu enterrar o bezerro de ouro, visto como esquema negativo de dominação. Mas, ao que parece, “[...] só um cataclismo social, político e econômico, nas proporções daquele que sepultou os dinossauros, num abalo sísmico que a escala de Richter nunca alcançaria, será um dia capaz de enterrar o Bezerro de Ouro, definitivamente”.

Entretanto, sem aprofundar nesse quesito de ser simbologia negativa ou de esperar por seu supultamento, em todos os relatos e registros, a origem da lenda surgiu no século XX, com a inudação do túnel e das galerias da mina. Eles detalharam a relação fantasmagórica do local. As vozes dos soterrados garimpeiros, que incluíam

negros escravizados e trabalhadores, ecoaram em preces de pedidos de perdão por não terem dado ouvidos ao que os personagens dos santos lhes alertaram.

A população aderiu à crença, pelo que a proximidade da mina não era vista como algo positivo, pois o medo de fantasmas afastava os habitantes anicuenses. Nem curiosos se arriscavam no intento de visitação. Nos discursos, também se nota a figura do boi que virou uma espécie de herói lendário. É o mito que cria a cultura transmitida a gerações e que

> [...] se manifesta no campo da cultura histórica: a que existe entre mito e história. É útil distinguir aqui dois casos. Podemos estudar nas sociedades históricas o aparecimento de novas curiosidades históricas cujo início recorre muitas vezes ao mito. Assim, no Ocidente medieval, quando as linhagens nobres, as nações ou as comunidades urbanas se preocupam em adquirir uma história, é muitas vezes começando por antigos mitos que inauguram as genealogias dos heróis fundadores lendários (LE GOFF, 1990, p. 45).

A rocha com formato de cabeça de boi é fonte da cultura e do mito da sociedade de Anicuns. No entanto, a história implica a novas vertentes e curiosidades. Uma delas é que a pedra pode ter sido esculpida por indígenas Guanicuns que habitaram a região, bem antes das expedições dos bandeirantes (XAVIER, 2008). O ouro grandioso foi a grande descoberta que impactou os habitantes, primeiro para a sua retirada, depois, deu base para a formação da lenda.

Conforme o Atlas Escolar, da Prefeitura Municipal de Anicuns (2007), o símbolo do boi se deu pela mineração, mas também pelo misticismo. Passou a representar a atividade atual da pecuária, embora mantendo a história da mineração do ouro. No brasão de armas do município, a figura do boi também aparece entre a descrição heráldica:

> O brasão de armas do Município, criado pela Lei nº 1.155, de 3 de fevereiro de 2000, idealizado pelo artista plástico Sr. Lázaro dos Santos Soares, assim se descreve: escudo ibérico denunciando ao fundo um horizonte de céu azul, tocando a estrutura do complexo industrial, representada por máquinas, chaminés e alvenarias de cerâmica, encimado por uma balança com uma cruz à sinistra, tendo como estrado o pássaro guanicuns, com suas exuberantes asas emplumadas abertas em posição horizontal, bem como a cabeça de um trabalhador visto de costas, usando chapéu de abas retas; a frente, a face de um índio pintado para a guerra, sobre a cabeça de um touro, e uma bateia contendo pepitas de ouro, sob um jorro de água. Ao fundo desta, aparecem formações de estalactites pendentes tendo à destra um cesto de cereais sobre a relva. Abaixo, um listel de couro, em letras de ouro, contendo o topônimo Anicuns e a data de sua emancipação política (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007, p. 26).

O brasão anicuense (Figura 11) traz assim os símbolos da descrição heráldica, cuja historiografia mineratória é de maior enfoque com a cabeça de boi. Azul e amarelo são cores predominantes, sendo essa a simbolização aurífera.

Figura 11 - Brasão de Anicuns

Fonte: Prefeitura Municipal de Anicuns (2007, p. 26).

A Lei Municipal 1.155, de 3 de fevereiro de 2000, criou esse brasão, cujo artista foi Lázaro dos Santos Soares. Seus aportes estão enraizados no pássaro lendário; na característica de fé cristão, com a cruz; nos desbravadores da exploração mineral, com o escudo ibérico; na busca da justiça como firmação do direito, com a balança; no homem sem mostrar seu rosto, sendo um anônimo de costas, com a representação do trabalhador; nos habitantes que já estavam na terra, com o indígena em cima da testa do boi; no boi amarelo simbolizando o ouro, a representação da economia e a lenda; nas atividades agrícolas, englobando cereais, com o cesto; nos instrumentos da mineração, com a bateia; nas concreções calcárias das cavernas, com a imagem sob a bateia; na atividade industrial, com as chaminés; no instrumento que cultiva diferentes plantios, com o trator; no topônimo, com o listel, trazendo a data da emancipação de Anicuns (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS, 2007). Assim como esse brasão, a bandeira mostra a mesma imagem no centro (Figura 12).

Figura 12 - Bandeira de Anicuns

Fonte: Prefeitura Municipal de Anicuns (2007, p. 28).

Os símbolos descritivos estão ao centro da cor amarela, que representa a riqueza local da época da mineração. A imigração se deu pela busca do ouro, que ensejou a formação urbana. O verde à esquerda repercute na flora e na fauna, também riquezas daquele período, mas enfocadas na atualidade. É motivo de exploração turística das matas exuberantes. O azul, quase roxo, é símbolo da industrialização que apelou para o progresso tecnológico. A primeira cor da bandeira elucida também que Anicuns se privilegia com variados pontos turísticos, tais como: Gruta do Genipapo, Poço do Boi de Ouro, atual Poço da Sociedade,

> [...] (com crateras de aproximadamente 30m de profundidade); Serra do Felipe (lugar propício para saltos de asa delta); Morro do Chapéu (ponto culminante da região); Morro de Monte Castelo (a 7km do centro da cidade, conserva floresta nativa no topo do morro); Serra da Canjica (a penas 3km da cidade, está ao lado da cachoeira de São José Jica, tendo um paredão rochoso com queda livre d'água de mais de 70m) e a Cachoeira São José (a 2km da cidade, local formado por corredeiras e cachoeiras secundárias) (SILVA, 2001, p. 44).

Na paisagem com predominância de superfícies aquíferas, a lenda revela suas marcas, mesmo guardando na obscuridade o que se deu com a tal pepita gigante em figura de boi. A conjuntura trata de lugares simbolizados da riqueza turística da região em que se encontram pontos de desolação, desde o período mineratório. Porém o tempo mudou a paisagem com vegetações variadas.

4.2 PAISAGEM, MARCAS DA LENDA E RESULTADOS OBTIDOS

A paisagem é um dos aspectos perceptíveis do espaço geográfico em que se compreende o mundo. A visão prepondera os sentidos externos, bem como internos de quem vive a cultura ou história da lenda. Alguns locais de Anicuns sofreram mudanças paisagísticas, desde a entrada da cidade, pelo que se notam as marcas e os símbolos da Lenda do Boi de Ouro. As descobertas mais esclarecedoras se deram a partir de 1930, como está na parte da justificativa da licitação pregão presencial n. 24/2013 (anexo 4): no ano de 1938, “Solon Amaral, explorando o lugar, encontrou restos de equipamentos, ossadas humanas e de animais, que são indícios de que grave acidente ocorrera. Ainda hoje existem os trilhos que conduziam os carrinhos ao interior dos túneis”.

Ao descrever a paisagem, verificam-se as diferentes dinâmicas referentes ao funcionamento das sociedades, que revelam informações sobre as características econômicas, religiosas, políticas e culturais da formação social. Desse modo, o espaço geográfico resulta de uma complexa interação entre sociedade e paisagem.

As paisagens apresentam elementos do presente, porém com relação ao passado, convivendo no mesmo espaço. Elas conservam aspectos naturais, culturais, humanizados ou geográficos. A área em estudo se constituiu de paisagem cultural em que por meio humano, houve ação de atividade mineratória. Surgem daí as diferentes visões ou impressões, cuja ideia de cultura é vivenciada cotidianamente na sociedade de pertença.

Em Anicuns, a área em que há o Poço da Sociedade[12] também é conhecida por Poço do Boi de Ouro ou Lago do Boi de Ouro (figuras 13 e 14). Fica na saída da cidade, rumo ao município Americano do Brasil[13]. É um *lócus* em que estava a entrada da mina, que tinha cinco galerias. Essa entrada media aproximadamente a circunferência de um homem de 1.60 metro.

---

[12] Nem mesmo a figura desse poço não se encontrou em nenhuma pesquisa na *Internet* feita no mês de janeiro de 2020. Por isso, a pesquisa de campo foi tão importante.

[13] Essa cidade fica distante de Anicuns cerca de 27 km. “É um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país” (PREFEITURA DE AMERICANO DO BRASIL, 2020).

Figura 13 - Área da mineração Poço da Sociedade/Poço do Boi de Ouro

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

O lago, surgido após a explosão, tem cerca de 30 metros de diâmetro, aproximadamente 94,2 de circunferência e uns 60 metros de profundidade. Em 1991, foi feita uma limpeza no local, para a retirada de restos da época da tragédia. Verifica-se a mudança na paisagem provocada pela ação do homem, de modo que faz parte da realidade do fato que culminou na Lenda do Boi de Ouro em 1962.

Próximo ao local existia a casa mais antiga de Anicuns, mas, sem restauração, a construção se perdeu com o tempo. Também foi perdida parte da história da cidade, além de o ouro não ter deixado riquezas visíveis, nem mesmo no centro histórico da cidade. Restou apenas a dimensão do poço, para se ter uma ideia de como foi intensa a explosão da mina, no período de 1962.

Nas cercanias da mina, correm o Rio dos Bois e o Córrego Boa Esperança em equilíbrio com o lençol freático. É o local em que surgiu a mística lendária, mas também se tornou fonte de curiosidade com o que se deu com os restos do acontecimento. A necessidade de aprofundar a exploração foi o meio ainda mais instável, sendo que um desabamento das galerias poderia ocorrer a qualquer momento.

Figura 14 - Poço da Sociedade ou Poço do Boi de Ouro

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Na cava abandonada, os fragmentos de rocha em superfície e a ausência de vegetação as margens evidenciam os impactos causados pela mineração (Figura 15). Essa reiniciou em 1938 e perdurou até a década 1960, em que a exploração foi realizada nos veios mineralizados, profundos, sendo o uso da dinamite recorrente. Neste contexto, o lençol freático superficial paralisou a exploração. A região mostra muitas águas, sendo visto, ao lado da área da mineração, o Córrego Boa Esperança. A associação envolvendo exploração com uso de explosivos, o lençol freático superficial e as rochas fraturadas foram resultantes do ambiente instável para a mineração, como já mencionado.

Figura 15 - Margens do Poço da Sociedade

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

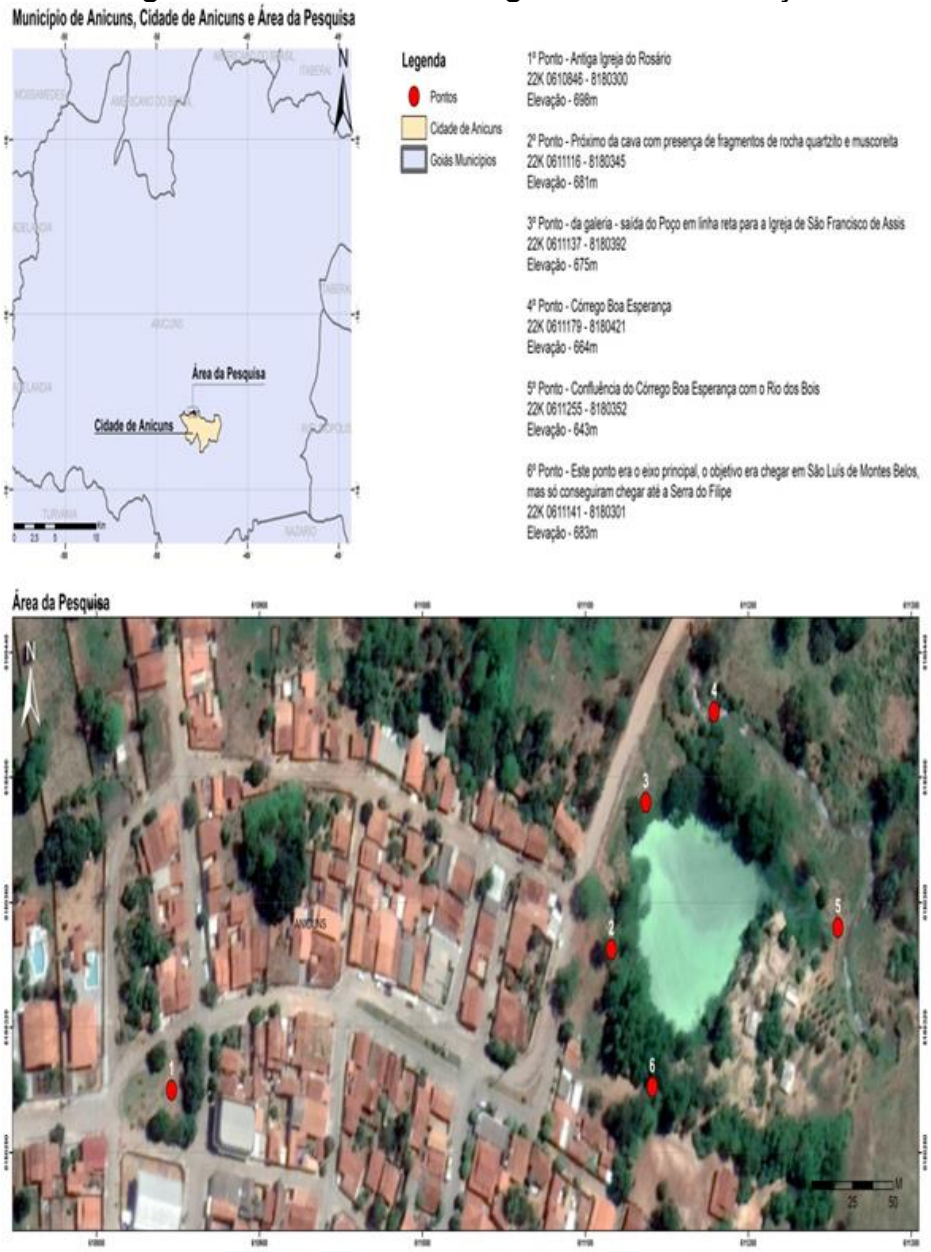
O poço com água represada não possibilita a vista da entrada das galerias que estão abaixo do nível da água. A área privativa está abandonada, com a vegetação instável. Em meio às águas, os indícios da explosão da mina na década de 1960 permanecem pouco esclarecidos.

Pela pesquisa de campo, constatou-se que, depois do fim da mineração, o lago foi esvaziado uma vez em 1991, para ser retirada a bomba d'água. Sobre a pepita de ouro e os restos de corpos humanos e materiais, não se tem notícia. Se algo foi retirado do poço e para onde teria sido levado, é ainda procedência sem esclarecimento.

Desse modo, o Poço do Boi de Ouro e as águas de suas proximidades contêm as galerias submersas com resquícios que poderiam revelar os detalhes dessa história. Entretanto, para fazer um trabalho tão complexo, haveria a necessidade de que fosse bombeada toda a água. Conforme informações colhidas no local, embora não documentadas, mas somente agora registradas aqui, profissionais e bombeiros já mergulharam no lago, mas não conseguiram descer muito, pela baixa visibilidade.

Muitos questionamentos podem surgir sobre as obscuridades, além de que o local poderia ser restaurado e aberto para visitação e turismo, porém não parece de interesse dos proprietários ou do poder público. Na imagem de satélite, a figura 16 destaca seis pontos relacionados com a mineração, que serão mostrados na sequência, de forma detalhada, com as figuras de cada ponto.

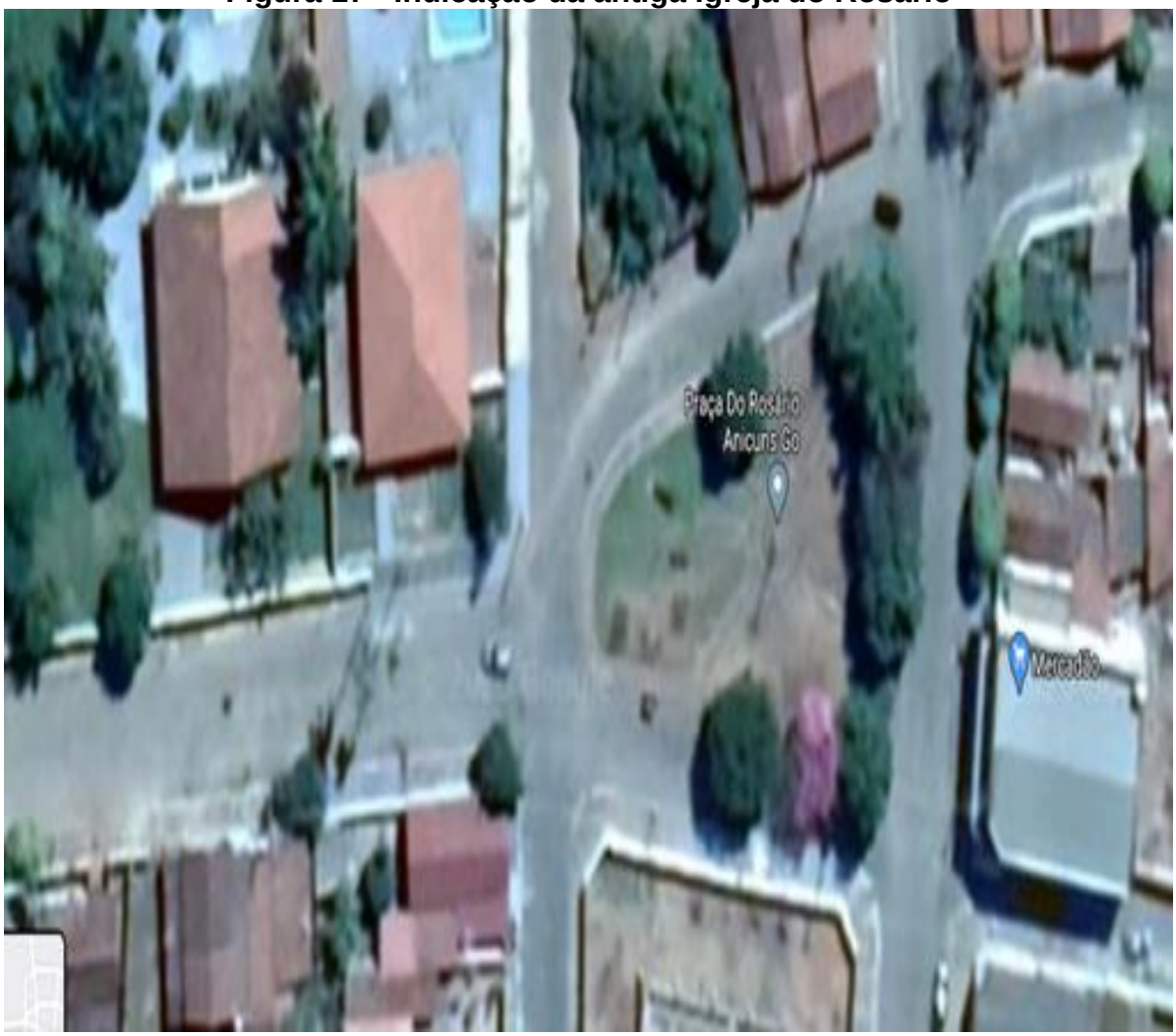
Figura 16 - Pontos da antiga área da mineração



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Os seis pontos reconhecidos em campo são importantes para os detalhamentos históricos do local. O 1º ponto mostra onde se localizava a antiga Igreja do Rosário, cooodenadas 22k - 0610846 – 8180300, elevação 698 m (Figura 17).

Figura 17 - Indicação da antiga Igreja do Rosário



Fonte: Google Maps (2019).

Nesse 1º ponto, tem-se a Praça do Rosário, onde se localizava a antiga Igreja do Rosário, que é referência histórica do cunho religioso que originou a lenda em análise. Esse ponto é indicado pelo satélite, sendo o espaço historiográfico da antiga igreja que foi demolida, ficando apenas a praça no lugar. A nova construção fica cerca de 600 metros desse local, na Praça Irmã Lidwina, número 14, Centro, Anicuns.

Figura 18 - Nova Igreja São Francisco de Assis

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A imagem mostra a igreja nova, com a estátua de São Francisco de Assis, santo que é personagem central da lenda. A antiga igreja é a que aparece entre os pontos destacados na figura 17, não sendo mais visível por ter sido demolida, restando em seu lugar apenas a praça. Entretanto, a história não perdeu seu valor simbólico, tendo como vingador o padroeiro que defendeu a possessão do local, punindo os ambiciosos pelo ouro. Seus intentos eram de escavar a região, enquanto não satisfizessem a retirada de todo ouro. Mas foram impedidos dessa trama, pois a religiosidade prevaleceu a outros interesses.

O 2º ponto fica próximo da cava, com presença de fragmentos de rocha do tipo muscovita xisto e fragmentos de quartzo. Os veios de quartzo explorados estão associados à rocha mencionada (figuras 19 e 20); coordenadas 22k - 0611116 - 8180345, elevação 681 m.

Figura 19 - Vista geral de grânulos, seixos e blocos de muscovita xisto e quartzo próximos a borda da cava

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Figura 20 - Detalhes do quartzo leitoso e do muscovita xisto

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

O quartzo leitoso fica à esquerda na foto e o muscovita xisto, no centro com a escala e a direita. Já o 3º ponto é local de entrada de uma das galerias do Poço do

Boi de Ouro (Figura 21), que segue em linha reta para a Igreja São Francisco de Assis, coordenadas 22k - 0611137 – 8180392, elevação 675 m.

Figura 21 - Entrada de uma das galerias

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Na foto, junto à árvore, está a marca da entrada de uma galeria, usada para o fluxo da extração mineral. No entorno da cava foram identificadas cinco entradas de galerias (rumo à Igreja do Rosário, à Igreja de São Francisco de Assis, duas ao Córrego Boa Esperança e uma ao frigorífico conhecido por matadouro na década de 1930), mascaradas por processos erosivos, coberturas vegetais e depósitos de resíduos. Nota-se que a profundidade chega a aproximadamente 1.80 m, com base nas escalas humanas.

Na obra de Xavier (2008, p. 68), no relato de uma moradora antiga do lugar: “[...] existiam muitas inhumas que faziam seus ninhos na copa dos enormes angicos às margens do lago que se formou e que o nome correto é Poço da Sociedade”. Observa-se que a vegetação local ainda não está recuperada, possivelmente em decorrência do Neossolo Litólico predominante. Além disso, os produtos usados para a lavagem do cascalho em busca do minério podem ter contaminado o solo.

O 4º ponto mostra o Córrego Boa Esperança, coordenadas 22k - 0611179 - 8180421, elevação 664 m, nas figuras 22 e 23. Na época da mineração, suas águas eram utilizadas para a lavagem dos cascalhos que, depois, seriam triturados pelo moinho; em seguida, separado o minério da rocha. A água utilizada retornava para o córrego ou o lençol freático.

Figura 22 - Vista parcial do Córrego Boa Esperança

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Figura 23 - Ponte do Córrego Boa Esperança

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Sobre o Córrego Boa Esperança, está a GO 156 com a ponte que dá acesso à cidade de Anicuns e à circunvizinha Americano do Brasil. Esse córrego é visível nas proximidades do Poço da Sociedade. No período da cheia, o poço transborda e escoa para o córrego que deságua no Rio dos Bois. Esse córrego está na história da origem da cidade de Anicuns, que se formou às suas margens. Já o 5º ponto apresenta a confluência do Córrego Boa Esperança com o Rio dos Bois, coordenadas 22k - 0611255 - 8180352, elevação 643 m.

Figuras 24 e 25 - Confluência Rio dos Bois com o Córrego Boa Esperança

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A confluência do Rio dos Bois com o Córrego Boa Esperança mostra os caminhos das águas que tendem para o ponto em comum. Esse rio é um dos mais conhecidos da região de Anicuns, sendo visto por foto de satélite. A figura 24 evidencia o encontro das águas visto acima da linha rosada na figura 25.

O 6º ponto marca a cava da galeria a céu aberto rumo à Igreja São Francisco de Assis, cujo projeto inicial era chegar em São Luís de Montes Belos, mas apenas conseguiram ir até a Serra do Felipe, encerrando os trabalhos com a mineração, uma vez que os tremores, resultantes da utilização de explosivos, da área delimitada abalou a Igreja de São Francisco de Assis (Figura 26).

Desse modo, a exploração do minério, a partir desse momento, concentrou-se somente ao redor do Poço da Sociedade com suas galerias. Coordenadas 22k - 0611141 - 8180301, elevação 683 m.

Figura 26 - Vista parcial do Poço do Boi de Ouro cercado

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A partir do conjunto de pontos, estabelecem-se entrecruzamentos ligados ao lago e a suas simbologias que originaram a lenda, já que o ponto inicial é o da igreja, embora não seja a atual construção, mas somente da praça. A história aponta para as palavras que lembram o evento: mineração, mineiros, cava, desmoronamento, abatimento ou soterramento, ouro, presença de água, religiosidade. O córrego foi um elemento vital para a mineração em relação ao fornecimento de água necessária para a lavra.

Entretanto, em decorrência da planície aluvial, do lençol freático e das caracteristicas da mineração, houve a instabilização da área. De acordo com Oliveira e Bittar (1971), a mineração de ouro em Anicuns estava associada à biotita-muscovita-xisto. Tem sua principal ocorrência no norte da cidade, nas proximidades do Córrego Boa Esperança:

> A jazida é constituída por um “filão” de quartzo leitoso com possança de 2-4m, encaixado em biotita-muscovita-xisto com granada, com frequentes veios de quartzo de segregação metamórfica em forma de “boudin”. [...] A

> mineralização, disseminada de modo geral, concentra-se próximo a uma zona de falhamento (E-W) que intercepta perpendicularmente estruturas. [...] A menos de 3km a norte da jazida, ocorre um pequeno “stock” de natureza granítica, que, provavelmente, teria propiciado a ascendência de soluções mineralizantes ricas em ouro (OLIVEIRA; BITTAR, 1971, p. 56-7).

Nesse entendimento, o Radambrasil (1983) também se refere à mineração do ouro em Anicuns por sua prospecção com bateia nos cascalhos do Córrego da Papuda. Porém, no Córrego Boa Esperança, foram obtidas 22 pintas de ouro e de outros minerais como turmalina. As rochas do embasamento estão inseridas na unidade pré-cambriano indiferenciado.

Galli (2005) assegura que a mineração do ouro em Anicuns marcou os anos dourados das extrações. As minas tiveram os últimos descobertos em 1809. Elas serviram para dar os ânimos, pelo que geraram ganhos elevados, mas, em apenas três anos, apresentaram produção inferior ao esperado. Nessa percepção, os atritos com os cotistas provocaram a falência do empreendimento nos estudos de Fernandes (2014) sobre McCreery.

Oliveira e Bittar (1971) inserem a área da mineração em uma unidade que agrega coberturas detrito-lateríticas, rochas do pré-cambriano superior a médio e do grupo Araxá. Já Lacerda (1990) menciona a possibilidade de que os depósitos auríferos de Anicuns estejam associados a uma sequência vulcano-sedimentar. Independentemente da origem do ouro ou das unidades geológicas, o contexto natural, incluindo os meios físico e biológico e a exploração dos veios de quartzo auríferos, resultou na instabilidade, na qual o desmoronamento, o abatimento e o soterramento poderiam ocorrer.

Os pontos observados consubstanciam com os resultados desta pesquisa sobre a proeminência da busca do ouro. Também inferem o acidente trágico que destruiu vidas, mudou a paisagem local. Surgiu a relação historiográfica com a velha crença da Lenda do Boi de Ouro, figurativizada no mito religioso. A economia da época girava em torno do ouro no território, mas dela somente restou a lenda com semelhantes discursos. Mesmo assim, a cultura é movimentada por essa, que é figura imagética principal do povo, simbolicamente vivida entre gerações, pelo lendário-místico do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, a partir da indagação como se configuram a memória e o mito na Lenda do Boi de Ouro, trouxe o imaginário social no município de Anicuns. Tratou-se de expor os liames da fase aurífera dessa região que adveio do desenvolvimento da idade do ouro no Brasil. O trabalho é pioneiro em três quesitos: 1) memorar o acidente da explosão da mina que matou vários trabalhadores, não sendo encontrados documentos ou jornais que registraram o fato, 2) revelar as versões da lenda de modo conjunto e 3) compreender a religião como base do mito, da lenda e do povoado de Anicuns. Os discursos apresentam variáveis, embora com semelhanças quanto ao mito, constando três versões da lenda.

A metodologia de pesquisa bibliográfia, documental e descritiva elencou os procedimentos e os pressupostos teóricos, observando a história oral coletiva de viver a memória da lenda, que abrange os discursos do evento místico. Os registros foram colhidos em visitas para a coleta de dados que se deram em 2019, sendo a primeira em 3 de agosto, a segunda em 24 de agosto e a terceira em 7 de setembro. Já o objetivo mostrou como se deu a lenda, sem o enfoque da explosão que originou o Poço da Sociedade, denominado por Poço do Boi de Ouro.

O município de Anicuns, ocupado desde 1752, teve sua principal atividade econômica pautada na mineração do ouro. Na época, era abundante e de grande procura essa extração. Porém, houve o declínio desse tipo de exploração em todo País, como também se deu em Anicuns. Cada região se viu obrigada a dedicar-se ao cultivo da terra e da pecuária, passando por mudanças políticas e sociais.

Desse modo, o distrito de Anicuns aparece no cenário brasileiro por sua significação de rotas exploratórias. Criado pela Resolução Provincial n. 2, de 7 de junho de 1911, foi elevado à categoria municipal, desmembrando-se do município de Alemão. Sua base histórica se deu com Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1749, que seguiu em direção a Goiás para a exploração. Portanto, Anicuns originou-se pela movimentação mineratória.

O desenvolvimento das discussões teóricas deste estudo partiu dessa historiográfica da época do ouro brasileiro que se expandiu por todo País, bem como de suas transformações. A cidade de Anicuns faz parte da construção dessa cultura, sendo objeto desta pesquisa por trazer em sua história a Lenda do Boi de Ouro, enraizada no conhecimento de sua população pelo cunho mitológico.

A cidade de Anicuns trouxe sua construção cultural, em que a lenda está enraizada no mito de caráter religioso. A história e a memória viabilizam os acontecimentos simbólicos que permeiam o mito. Nesse aspecto, história e memória se ligam para a verificação de discursos que se assemelham.

As três versões da lenda mostram a ambição pelo ouro, mas o movimento natural do trabalho mineratório foi diluído pelo aspecto sobrenatural. O mito teve sua repercussão viabilizada pela memória do povo, designada pela história oral. A simbologia retrata a lenda, sua raiz religiosa e sua idolatria pagã fomentada no bezerro de ouro.

A hipótese de que as vertentes lendárias mostram fundamentos míticos foi revelada, de modo que a memória e o mito se misturam. A explosão que inundou as galerias mineratórias sucumbiu também os trabalhadores e aquela realidade. Os discursos se permeiam de misticismo, com aspectos que estabelecem a história lendária, não havendo espaço para a transmissão do puro evento real.

A Lenda do Boi de Ouro apresenta, assim, a diversificação de fontes, mas cujos discursos se unificam como se evento sobrenatural fosse a única visão possível. A versão do mito unificado traduz esse pressuposto simbólico de que santos católicos penalizaram a ambição do homem, restando a lição de vida para o povo que o absorveu como cultura. O ouro, com figura de boi, fez-se patrimônio imaterial, a partir da lenda.

O Poço da Sociedade é o *lócus* do exposto em visibilidade, e continua sendo privado, até hoje, pertencendo aos donos da antiga mina. Alguns restos da mineração, pela primeira vez, foram registrados para comprovarem a fase aurífera àquelas margens. A dinâmica dos sonhos de enriquecimento se interrompeu com a tragédia. Mas a história detalhada do acontecimento repercutiu no campo simbólico, em que o mito vive na cultura e na religiosidade da população de Anicuns, Goiás.

A exploração subterrânea de garimpeiros, com suas ferramentas, aludiu a esse mito que é fonte de história. Desse modo, os resultados da pesquisa mostraram que nenhuma versão mencionou a irresponsabilidade da ação humana. Em todas, o mito ganha robustez na lenda que simboliza a história da época e a cultura atual da cidade, desde a sua entrada que mostra o boi metalizado.

Dos discursos registrados, os resultados da pesquisa elucidaram a história absorvida pelo aspecto sobrenatural. A religiosidade estava enviesada ao descobrimento aurífero que atraiu homens e mulheres para se fixaram naquela

organização social e política. Essa religiosidade unia o povo na busca do ouro e carregava os aspectos que contribuíram para o desenvolvimento do mito. Esse foi aderido pelo sentimento religioso daquele tempo para a atualidade.

REFERÊNCIAS

ANICUNS. *Lei 21*, de 1º de junho de 1948. (Em anexo).

AMARAL, Anselmo F. *O cristianismo e o bezerro de ouro*. Porto Alegre: Martins, 2007.

BAYARD, Jean-Pierre. *História das lendas*. Tradução de Jeanne Marillier. Edição eletrônica, 2007.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Codeplan; Goiás: Universidade Católica de Goiás, 1988.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1969.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934. *CLBR*[14] *de 1934*, retificado em 27 jul. 1934.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1988.

_____. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2010.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*. Tradução de David Jardim Junior. ed. 2. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 237-250, jul./dez. 2009.

---

[14] Coleção das Leis do Império do Brasil (CLBR).

FERNANDES, Maria de Fátima. *Fronteira e recursos naturais*: história ambiental e mineração em Pilar de Goiás (séculos XVIII- XX). Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) - Unievangélica, Anápolis, Goiás, 2014.

GALLI, Ubirajara. *A história da mineração em Goiás*: das primeiras lavras aos dias de hoje. Goiânia: UCG, 2005.

_____. *Ary Valadão*: da prefeitura de Anicuns ao palácio das esmeraldas. Goiânia: Kelps, 2015.

GOIÁS. *História*. 2019. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/index.php/conheca-goias/historia>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2004.

LACERDA, H. A tipologia dos depósitos auríferos da região central do Brasil. *Revista Brasileira de Geociências*, n. 20, p. 32-45, mar./dez. 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo*: irmandades e confrarias na Capital de Goiás (1736-1808). Goiânia: Funape, 2012.

MORAES, Jamile Cezar; MARONEZE, Luiz Antônio Goger. Itinerários culturais, memória e turista cidadão. In: SARAIVA, Juracy Assmann; METZ, Cristian Leandro (Org.). *Manifestações culturais*: objetos e perspectivas distintas. Novo Hamburgo: Feevale, 2015. p. 201-216.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história,* São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, C. C.; BITTAR, N. Geologia das fôlhas de Itauçu, Palmeiras de Goiás e Cezarina e cadastramento materiais de construção da área Goiânia-Trindade. Projeto Bandeirante: CPRM, 1971.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 7. ed. Goiânia: UCG; Vieira, 2008.

PIRES, Daiane; SCHIMIDT, Saraí. Jornadas de junho: a tv como ferramenta para produção da memória. In: SARAIVA, Juracy Assmann; METZ, Cristian Leandro (Org.). *Manifestações culturais*: objetos e perspectivas distintas. Novo Hamburgo: Feevale, 2015. p. 84-94.

PREFEITURA DE ANICUNS. *Atlas Escolar*: histórico e geográfico do município de Anicuns. Secretaria Municipal de Educação, Lição de Cidadania, 2007.

_____. *História*. 2019. Disponível em: <http://anicuns.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PREFEITURA DE AMERICANO DO BRASIL. Sobre americano do Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.americanodobrasil.go.gov.br/geral/geral_sobre.php>. Acesso em: 11 jan. 2019.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RADAMBRASIL. *Folha SD 22 Goiás*: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro,1983.

SÁ, Gladys Oliveira de; EGAS, Márcia Guedes. Mitos e lendas indígenas e educação: a valorização do patrimônio imaterial amazônico nas escolas públicas do município de Manaus. *Educere Encontro Nacional de Educação*, PUCPR 26 a 29/10/2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21847_9369.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes: 1979.

SCHMITT, Daniela; MARONEZE, Luiz Antônio Goger. Museu e educação: o projeto de ação educativa do museu da república. In: SARAIVA, Juracy Assmann; METZ, Cristian Leandro (Org.). *Manifestações culturais*: objetos e perspectivas distintas. Novo Hamburgo: Feevale, 2015. p. 188-200.

SILVA, Antônio Moreira da. *Dossiê de Goiás*: enciclopédia. Goiânia: Master, 2001.

SILVA, Mônica Martins. História, narrativas e representações na escrita do folclore em Goiás. *ANPUH – XXIII Simpósio de História*, Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_f70d6ff20ec644ce90633ead3c8beb28.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, Thiago; SILVA, Cristina Ennes da. Cenas da vida: memória, teatro e ensino de história. In: SARAIVA, Juracy Assmann; METZ, Cristian Leandro (Org.).

Manifestações culturais: objetos e perspectivas distintas. Novo Hamburgo: Feevale, 2015. p. 166-187.

SILVA, Rosinalda, C. da. (Org.). *Estação cultura*: nos trilhos da educação patrimonial: programa de preservação do patrimônio arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. O futuro do sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII -XIX). *Ponta de Lança Revista Eletrônica de História, Memória e Cultura*, v. 1, p. 83-100, 2007.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Entre a permissão e a interdição do lugar: o passado idealizado na cerâmica da cidade de Goiás. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, n. 1, p. 145-174, jan./jun. 2013.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

XAVIER, Antônio Batista. *Anicuns*: terra do ouro e contos mais. Goiânia, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1

Lei nº 21

"Encampa a Empresa Hidro-Elétrica Rio das Bois, Ltda., dentro Estado"

A Camara Municipal de Araicunes, Estado de Goiaz, Decreta e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a encampar, pelo preço e forma dos artigos seguintes, a "Empresa Hidro-Elétrica Rio das Bois, Ltda, dentro Cidade"

Art. 2º - A encampação de que trata esta lei será efetuada na base da proposta aceita pelo Prefeito, correntistas, credores da Empresa.

Art. 3º - A encampação se efetuará mediante o pagamento da importancia de 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil cruzeiros), em 4 (quatro) prestações iguais da importancia Cr$ 161.500,00 (cento e sessenta e um mil e quinhentos cruzeiros) a Empresa.

§ 1º - As prestações de que trata este artigo vencerão anualmente a partir do fim do segundo ano a contar da data da transferencia da escritura de encampação.

§ 2º - A importancia de que trata este é livre de juros em qualquer taxa, e liquida e certa.

Art. 4º - Fica o poder executivo autorizado a contrair um emprestimo de quarenta mil

[illegible] à fiscal execução e manutenção dos terrenos [illegible] e [illegible] desta cidade, na forma do § único do art. 144, da Constituição Estadual. Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, 1º de janeiro de 1948

[illegible]
Prefeito Municipal

Natalia de Campos Pinto.
Secretária

ANEXO 2

Lei nº 197

"Autoriza a ampliação da Usina Hidro Elétrica Municipal."

A Câmara Municipal de Aniciuns, Estado de Goiás, decreta e eu, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte lei:

Art.º 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar a capacidade de produção da atual Usina Hidro Elétrica Municipal, com o aproveitamento progressivo da potência hidráulica da cachoeira grande, no rio dos Bois nos têrmos do Decreto Federal, nº 18963 de 20 de junho de 1945, que outorgou concessão de aproveitamento.

Art.º 2º – Para atender o disposto no artigo anterior, poderá o Poder Executivo contratar técnicos, proceder estudos, elaboração de planos e projetos; determinar a execução de todos os serviços necessários a concretização do disposto nesta lei.

Art.º 3º – Na impossibilidade de poder atender, pessoalmente, aos interesses da Municipalidade junto aos Poderes da República e do Estado relacionados com o fim desta lei, poderá o Prefeito delegar poderes a terceiros que o substitua através de mandato legal.

Art.º 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair, em nome da Municipalidade, com autarquias, estabelecimentos bancários, ou com firmas particu-

laxas, empréstimos no valor total até o montante do orçamento para as obras de que fala esta lei, com poderes para contratar taxas de juros e oferecer, em garantia do empréstimo negociado as quotas do imposto de rendas devido ao município, de exercícios anteriores, do presente e futuros; as verbas destinadas a êste Município no vigente orçamento da República, para o fim a que está Lei especifica; e qualquer outra prevista no orçamento municipal ou de auxílios provindos de qualquer fonte.

Art. 5º - A execução da obra prevista nesta lei poderá ser realizada sob o regime de administração, parcial ou total, desde que assim aconselhe a vantagem para os cofres municipais, segurança e prestesa da obra.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, em 6 de Abril de 1.967.

Prefeito Municipal.

Secretária

Registrada

Registrada

da 1ª

19

ANEXO 3

Registro e Publicação

Registrado e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Rio Curo, em 26 de fevereiro de 1951

O Secretário,
Ernesto de Lima

Lei nº 166, de 26 de fevereiro de 1955.

A Câmara Municipal de Rio Curo, Estado do Paraná, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A arrecadação do consumo de energia elétrica será escriturada em livro especial, para isso fim instituído, não podendo ser a arrecadação utilizada para outro fim que não seja pagamento de juro, e amortização do capital, assumido pela estatal Empresa Força Elétrica Rio do Rio Ltda.

Art. 2º - Os credores concorrerão a um sorteio semestral, organizado pela Prefeitura, cabendo aos ganhadores o direito de prioridade no recebimento do seu crédito imediato.

Art. 3º - O Prefeito organizará o sorteio, divulgando amplamente o dia e local onde deverá ser realizado.

Art. 4º - Em caso de saldo suficiente em caixa para pagamento de mais de um credor, será realizado tantos sorteios quantos forem necessários para pagamento dos credores de que fala o artigo primeiro.

Art. 5º O Prefeito só poderá lançar mão de produtos de rendas de energia elétrica em caso de paralisação dos funcionários desse serviço e de conservação das máquinas.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Aurizona 26 de janeiro de 1958.

Estudemo Araújo Pereira

Registro

Registrado e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Aurizona, em 26 de janeiro de 1958

O Secretário,

Cravinho de Alencar

ANEXO 4

Governo Anicuns
Mudando para você

Estado de Goiás
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS
Adm. 2013 / 2016

TERMO DE REFERENCIA.

Prefeitura de Anicuns

Licitação Pregão Presencial nº 024 / 2013 000015

Tipo: Menor Preço

1. OBJETO

Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para construção de uma obra de arte monumental, contendo as seguintes descrições:

Memorial Descritivo

Projeto: Monumento ao Boi de Ouro
Local: Rotatória de acesso à cidade de Anicuns, Goiás, pela rodovia.

Descritivo Geral Sucinto

Obra de arte monumental referente ao lendário Boi de Ouro medindo 5,00m de altura da base de apoio das patas ao dorso. A escultura será desenvolvida a partir de modelagem artística exclusiva em material específico para esse fim a saber: Uma estrutura em ferro de obra civil de ¼", e metalon tubular de ½" e ¾" na parede 1.2mm. Sobre a gaiola de ferro, escultura figurativa realista de um boi em movimento com gesto de cabeça em giro de ¾ em relação ao corpo. A escultura será feita em PS reforçado (com tratamento empastelado) e modelada em fibra de vidro e polímero de alta resistência (fiberglass), tratado com sólido de polímero e carga mineral. A obra será finalmente ebanizada e revestida com "folhas de ouro" na técnica pane d'oro e acabada com revestimento em gofratto cristal o que lhe conferirá a aparência de ouro craquelado.
A base deve ser feita em obra civil de alvenaria e concreto do seguinte modo: Uma escadaria retangular nos 360° do monumento, um passeio em torno do bloco central e o referido bloco ostentatório da escultura. A escadaria deve ser composta de seis degraus com 20cm de espelho e 50cm de piso, o passeio deve ter 1,50m de largura e o bloco ostentatório deve medir 4,00m x 8,00m x h0,80m. Todos estes detalhes e cotas são apresentados em desenho de projeto.
O conjunto monumental deve ser identificado por uma placa oficial confeccionada em material nobre e perene contendo o título da obra e a ficha técnica (data de inauguração, autoridades envolvidas no projeto, etc.).

Descritivo Técnico

Dimensões do Boi:
Altura, da base ao dorso, 5,00m.
Altura, da base ao cimo do cupim, 5,80m. Altura, da base ao alto da cabeça, 5,90m.
Comprimento do corpo, 6,00m.
Comprimento total, da cauda ao focinho, 9,00m. Largura, na anca, 2,30m.
Largura, na barriga, 2,70m.
Largura, na base do pescoço, 1,10m.
Cabeça, 1,30m (da testa ao focinho) x 1,00m de largura. Orelhas, 0,80m x 0,45m.
Patas, 2,40m de altura.

Conjunto de 2 unhas, acomoda-se numa circunferência de 0,50m.
Estrutura interna – Gaiola fixa com solda elétrica em vergalhão de aço de ¼", e metalon tubular de ½" e ¾" na parede de 1.2mm.
Escultura – Modelagem primária em poliestireno tratado com celulose e pva.
Modelagem secundária em polímero de alta resistência e fibra de vidro. Modelagem final com sólido de polímero com carga mineral.
Tratamento – Revestimento básico com gofratto ébano.
Revestimento posterior com "folhas de ouro" na técnica pane d'oro, com efeito craquelado.
Acabamento final com gofratto cristal e cera microperolizada.
Fixação – Em arranque de aço fundido na base de concreto armado sob cada uma das quatro patas. Cada arranque de ¾" com rosca deve atravessar a chapa de aço furada sob cada pata, e ser atarraxado com porca e contra porca sextavadas e galvanizadas.

Características da Base
1. Fundação: broca em concreto armado.
2. Baldrame: concreto armado (cimento,areia,brita,ferro).
3. Alvenaria de elevação: blocos de cimento com rejunte de argamassa (cimento,areia,cal).
4. Cintas: em concreto armado.
5. Contra piso: lastro de concreto de 10cm.
6. Revestimentos de paredes: argamassa de cimento,areia e cal para emboço e reboco e/ou pedras decorativas e de acabamento.
Pilares: em concreto armado.

1.1. A aquisição terá seu julgamento **menor preço,** ficando o licitante obrigado a especificar o valor do item.
1.2 O valor médio para a construção do monumento é R$ 110.996,66 (Cento e dez mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

2. JUSTIFICATIVA

Diz a lenda que, no século XVIII, os portugueses, quando da exploração de ouro na cidade de Anicuns, abriram uma grande cratera, lá encontrando enorme pedra daquele metal na forma da cabeça de um boi, que não conseguiram retirar do local.

Enquanto tentavam arrancá-la, no alto do buraco apareceram dois senhores idosos, um branco, empunhando as bandeira do Senhor do Bonfim, e um negro, a de São Francisco de Assis, que pediram aos garimpeiros para subirem e adorarem o Senhor, pois somente assim conseguiriam tirar o Boi de Ouro que ali estava.

Os garimpeiros, irritados com o pedido, responderam que com ajuda ou sem ajuda deste senhor, seriam ricos e poderosos e poderiam adquirir da coroa portuguesa léguas de terras. Nesse instante, houve um grande desmoronamento, soterrando todos os que estavam dentro do Poço do Boi de Ouro.

Até a década de 30 ninguém ousou explorar ouro no local. Em 1938, Solon Amaral, explorando o lugar, encontrou restos de equipamentos, ossadas humanas e de animais, que são indícios de que grave acidente ocorrera. Ainda hoje existem os trilhos que conduziam os carrinhos ao

interior dos túneis.

Dessa forma, de acordo com a crendice popular, ainda hoje se encontra soterrado no local o Boi de Ouro, que faz parte da cultura e história do Município de Anicuns.

Em razão da lenda e de sua importância histórica e cultural para Anicuns, conhecida como a terra do Boi de Ouro, a estátua vem representar a materialização da mitologia e crença que cercam a história e formação do Município.

3 RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Observações:

1. DA ENTREGA: O monumentos deverá ser entregue em até 90 (noventa) dias após a solicitação do órgão responsável do município de Anicuns, no local indicado pela Secretaria de Administração, situada na Avenida Tocantins, nº 1.140 setor Centro.
2. O monumento deverá ser entregue finalizado.

a. As especificações do monumento constantes deste Termo de Referência são as mínimas e obrigatórias, podendo ser ofertado especificações superiores, desde que atendam ao mínimo necessário e sejam de 1ª qualidade.
b. DA GARANTIA: A garantia da licitante deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses.
c - O monumento deverá ser de 1ª qualidade.
d - Quando da entrega do objeto por parte da licitante, for detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresente qualidade, a licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a Administração Pública.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 O monumento deverá ser entregue, conforme Autorização de Fornecimento, em até 90 (noventa) dias após a **Assinatura do contrato de fornecimento.**
4.2 Após a entrega, constatadas inconformidades no objeto, o mesmo será substituído por um conforme, sem direito a ressarcimento à Vencedora/Contratada e sem ônus ao Município de Anicuns, no prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Anicuns.

4.3 - O recebimento do monumento dar-se-á definitivamente no prazo de até 90 **(noventa) dias úteis** contados do inicio da construção do mesmo uma vez, verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo, recibo, ou outro documento equivalente, firmado pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto;

5. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega do monumento, e devidamente atestada suas notas fiscais junto ao Departamento de Material e Patrimônio.

Anicuns, 15 de outubro de 2013.

Presidente

Secretário

Membro